



EDITAL PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO Nº 53/2022

Processo nº: 80/2022

Modalidade: Pregão nº 53/2022

Edital nº: 53/2022

Tipo: Menor Preço por Lote.

OBJETO: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo.

O Município de Monte Carmelo – MG, por meio do setor de Licitações, através de seu Pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria nº 11.663/2022, com autorização do Gestor do Departamento, de acordo com a Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, Lei Municipal nº 606 de 17 de Fevereiro de 2006, Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, torna público aos interessados que no dia **23 de junho de 2022 a partir das 09:00 horas**, na Sala de Licitações, situada na Avenida Olegário Maciel, 129, Segundo Andar - Centro, nesta cidade, estarão reunidos o Pregoeiro e sua Comissão de Apoio para proceder abertura dos envelopes contendo documentação e proposta orçamentária, para seleção de empresas visando a **Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo**, sendo a presente licitação do tipo "**Menor Preço por Lote**".

Os interessados deverão protocolar os envelopes contendo a documentação e propostas até às 09:00 horas do dia 23 de junho de 2022, no setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, situado na Avenida Olegário Maciel, 129, 1º Andar – Centro – Monte Carmelo – MG.

O certame será iniciado no dia 23 de junho de 2022 a partir das 09:30 horas, na Sala de Licitações, situada na Avenida Olegário Maciel, 129, 2º Andar - Centro, pelo Pregoeiro e Comissão de Apoio, após dado conhecimento das empresas participantes por meio dos envelopes já protocolados.

01 - PREÂMBULO



1.1 - O presente procedimento licitatório é disciplinado pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 606 de 17 de fevereiro de 2006, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, e ainda no que couber pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e, pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

1.2 - INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Carta de Credenciamento;

Anexo III - Modelo de Declaração de que não emprega menor;

Anexo IV – Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à Habilitação, conforme modelo contido no Anexo IV;

Anexo V – Modelo de Declaração de Opção pelo —Simples nacionall;

Anexo VI – Modelo de declaração de condição de ME ou EPP;

Anexo VII – Modelo de Análise Contábil- Financeira;

Anexo VIII – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo IX – Modelo de Declaração de Idoneidade;

Anexo X – Modelo de Declaração de Visita Técnica;

Anexo XI – Minuta Contratual;

Anexo XII – Modelo de Atestado de Vista;

Anexo XIII – Modelo do Recibo de Retirada do Edital.

1.3 – DO OBJETO: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo.

1.4 – SISTEMAS: SISTEMA INTEGRADO

- 2 Sistema de compras;
- 3 Sistema de licitações;
- 4 Sistema de almoxarifado
- 5 Sistema de contabilidade pública e controle interno;
- 6 Sistema de folha de pagamento;
- 7 Sistema de tributação;
- 8 Sistema de importação e exportação de dados;
- 9 Sistema de protocolo de documentos;
- 10 Sistema de controle de aplicativos e permissões de usuários;
- 11 Sistema de atualização de versões;
- 12 Sistema de controle de frotas;
- 13 Sistema de controle de bens patrimoniais;



- 14 Sistema de controle de acessos;
- 15 Sistema de backup/ Restore;
- 16 Sistema de aplicativos e permissões para assinatura digital;
- 17 Sistema de instrumentos de planejamento – PPA - LDO – LOA;
- 18 Sistema de controle integrado de acessos;
- 19 Sistema de portal da transparência e serviços de informação ao cidadão;
- 20 Sistema de nota fiscal eletrônica de serviços - NFE.
- 21 Sistema de gestão de educacional;
- 22 Sistema de cemitério.

2 – SERVIÇOS

- a) - Conversão de dados, implantação e capacitação dos usuários;
- b) - Manutenção legal e corretiva, necessária ao aprimoramento dos sistemas, durante o período contratual;
- c) - Suporte técnico operacional nos sistemas contratados, após a implantação dos mesmos;
- d) - Consultoria pós-implantação para a parametrização e configurações.

3 – SECRETARIA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Fazenda do Município de MONTE CARMELO – MG.

4 - DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1 – Este edital será publicado no site www.montecarmelo.mg.gov.br, no Jornal Oficial do Município, Jornal de Circulação Regional (Diário Oficial dos Municípios Mineiros), Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no Diário Oficial da União, podendo ser retirado diretamente na Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, situada à Praça Getúlio Vargas, 242 – Centro, no horário compreendido entre 08:00 às 11:30 horas e 13:30 às 17:00 horas.

4.2 - Os casos omissos e as dúvidas relacionadas a este edital poderão ser tratados através do telefone: (34) 3842-5880, ou pelo e-mail: licitacao@montecarmelo.mg.gov.br, e serão respondidos pelo Pregoeiro, no horário compreendido entre 08:00 às 11:30 horas e 13:30 às 17:00 horas, até 3 (três) dias antes do pregão;

4.3 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail: licitacao@montecarmelo.mg.gov.br

5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1 - Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas no Título IX, deste instrumento convocatório.

1.1 - Participam da Sessão Oficial do Pregão Presencial os representantes efetivamente credenciados.



2 - Não poderá participar da presente licitação a empresa que esteja:

2.1 - Os interessados que se encontrarem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2 - Empresas estrangeiras que não funcionem no País;

2.3 - Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo.

2.4 – Que tenha funcionário ou membro da Administração da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG - Estado de Minas Gerais, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico.

2.5 – Que não atenda a 100% (cem por cento) das exigências mínimas relacionadas no item 9 (nove) e seus subitens, do Termo de Referência.

3 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, estará sujeito às penalidades cabíveis.

4 - Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pelo licitante, sob pena de responsabilidade administrativa e penal, na forma da legislação vigente.

5 – É obrigatória a visita técnica do licitante na Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, ocasião em que será fornecido aos interessados a declaração de visita técnica – Anexo XII, conforme edital.

5.1 – A finalidade da visita técnica é o conhecimento das áreas envolvidas no objeto desta licitação e suas estruturas organizacionais, a infraestrutura de hardwares e softwares existentes (rede, terminais, servidores, banco de dados e sistemas de programas de computador instalados), conhecer e dimensionar a demanda de treinamento e quantidade de servidores municipais a serem capacitados, necessários para realizar a implantação, assim como demais esclarecimentos que o licitante julgar necessários para elaborar sua proposta e futura execução do objeto da licitação.

5.2 – As visitas técnicas deverão acontecer até o dia anterior à data de abertura das propostas, devendo ser previamente agendadas no setor de licitações ou Centro de Processamento de Dados – CPD da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG.

5.3 – O licitante deverá nomear um representante, por meio de documento, com autorização específica para realizar a visita técnica e receber a declaração de visita técnica.

6 – Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras, e nem serão aceitas como forma a desobrigar a execução plena do objeto.

6 DO CREDENCIAMENTO

1 O Proponente deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio por intermédio de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame, venha a responder pela empresa licitante, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com



foto.

- 2 O Credenciamento far-se-á por meio da apresentação de 01(Um) dos seguintes documentos:
- a) Instrumento Público de Procuração, com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente. Deverá ser apresentado também cópia do Contrato Social ou Estatuto da Empresa com autenticação.
 - b) Instrumento Particular, com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente, conforme MODELO DE CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO - ANEXO III. Deverá ser apresentado também cópia do Contrato Social ou Estatuto da Empresa com autenticação.
 - c) Se o representante for Sócio ou Proprietário da empresa proponente, deverá apresentar cópia com autenticação do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
 - d) Para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) assim definidas, aquelas que se enquadram na Classificação descrita no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes deverão apresentar Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias; e ainda DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme modelo ANEXO VI.

7 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DA PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO

1 - Para participar da presente licitação, o licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, 02 envelopes, fechados, contendo em suas partes externas os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº. 01: PROPOSTA COMERCIAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO - MG
PROCESSO Nº. 80/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2022

OBJETO: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo.

LICITANTE:

CNPJ:



ENVELOPE Nº. 02: HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO - MG
PROCESSO Nº. 80/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2022

OBJETO: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo.

LICITANTE:

CNPJ:

8 – PROPOSTA COMERCIAL

1 - A proposta indicará o nome da empresa e deverá ser apresentada em uma via, datilografada ou processada em computador em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente rubricadas em todas as páginas intermediárias e assinadas carimbo na última página por quem de direito, estando incluídas nas propostas todas as despesas previstas em leis sociais e trabalhistas, seguros, Taxas, ISSQN, ICMS, viagens, alimentação, estadia, transporte, impostos de qualquer natureza, lucro, e outros encargos porventura incidentes, assinadas pelo representante legal e/ou procurador da empresa, devendo abranger a licença de uso e serviços (capacitação, treinamento de pessoal e manutenção), conforme modelo de Proposta Comercial constante do Anexo VIII, em que conste:

2 – Detalhamento da proposta:

2.1 – Valor Unitário/lote e global dos serviços de implantação e treinamento;

2.1.1 – Valor mensal e global dos serviços e licença e uso de software.

2.2 - Em anexo à Proposta de Preços (dentro do envelope) a empresa deverá apresentar o seguinte documento, sob pena de desclassificação:

2.2.1 - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à Habilitação, conforme modelo contido no Anexo IV;

3 - Os serviços de instalação, configuração, transferência e conversão dos dados do município, parametrização e adequação dos sistemas para as rotinas dos setores, treinamento dos usuários dos sistemas, manutenções e consultorias pós-implantação deverão ser apresentados em de acordo com o constante no anexo VIII, e consequentemente no valor total da proposta.

4 – A proposta e os lances apresentados pelo licitante deverão referir-se à integralidade do objeto, não se admitindo propostas para fornecimento parcial.



-
- 5 – As propostas deverão ser redigidas em língua portuguesa, admitindo-se o emprego de idioma estrangeiro para expressões técnicas de uso corrente em informática, desde que não cause interpretação errônea nos termos das propostas.
- 6 – Despesas com passagens, alimentação e hospedagem em decorrência de capacitação, treinamentos de pessoal e manutenções dos sistemas, deverão ocorrer no Município de Monte Carmelo - MG, por conta da empresa Contratada.
- 7 – A empresa classificada em primeiro lugar, deverá comprovar a critério da Comissão especialmente designada, na demonstração todas as funcionalidades do Sistema, com a finalidade de análise e avaliação dos requisitos técnicos mínimos exigidos no edital e seus anexos com vistas à conclusão do processo de adjudicação e homologação.
- 7.1 – O município poderá, além da apresentação prevista no subitem anterior, solicitar simulações de operação dos sistemas, com fornecimento de dados fictícios integrantes das rotinas dos setores que terão as implantações dos sistemas licitados.
- 7.2 – O não atendimento, a contento, das apresentações ensejará a desclassificação do licitante e convocação do segundo classificado e assim sucessivamente, salvo tratar-se de rotina específica do município, quando então determinará prazo para sua implantação.
- 8 – Poderão ser anexados à proposta comercial folhetos, catálogos, folders ou prospectos ilustrativos, referentes aos sistemas ofertados.
- 9 – Os preços ofertados deverão estar em conformidade com o objeto desta licitação, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com até duas casas decimais.
- 10 – A proposta comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 10.1 – Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.
- 10.2 – Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.
- 10.3 – Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse do município.
- 10.4 – A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.
- 11 – Toda especificação estabelecida para o objeto licitado será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial.
- 12 – O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no pregão presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.
- 13 – O preço deverá ser proposto considerando-se a execução dos serviços licitados na sede da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, nele incluídos os valores de quaisquer despesas relativas à mão-de-obra, encargos previdenciários e trabalhistas, tributos e outras despesas, além do lucro.



- 13.1 – Em nenhuma hipótese será pago qualquer valor a título de hora técnica e/ou outro que não seja aquele definido na proposta.
- 14 – O encaminhamento da proposta comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste edital e seus anexos.
- 15 – Após a apresentação da proposta comercial não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 16 – O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno porte (EPP), art. 3º. da Lei Complementar nº. 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Art. 42 a 49 da Lei citada, deverá declarar no **Credenciamento** e através de declaração, sua condição de ME, MEI ou EPP.
- 16.1 – O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, cível, administrativa e penalmente.
- 17 – O licitante a que se refere o subitem 16 (dezesseis) deverá apresentar Declaração de Opção pelo — Simples Nacional, conforme modelo constante do Anexo V, anexada ao **Credenciamento**.
- 18 – O sistema informará a proposta de menor valor por lote, imediatamente após o encerramento da etapa de lances e identificará o licitante que estiver nas condições de ME ou EPP.
- 19 – Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º da lei Complementar nº. 123/06.
- 20 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 20.1 – A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada, para no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.
- 20.2 – Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.
- 20.3 – Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer o seu direito de preferência, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 12, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.
- 20.4 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, o Pregoeiro realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que poderá apresentar novo lance.
- 20.5 – Não havendo ME ou EPP, em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances.
- 20.6 – Será classificado em primeiro lugar o licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº. 123/2006, ofertar o menor valor por lote.
- 21 – O Pregoeiro poderá ofertar contra proposta diretamente ao licitante que tiver apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação.



9 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - No envelope nº. 02 (habilitação), o licitante deverá apresentar para fins de habilitação no presente pregão, os seguintes documentos:

2 - Habilitação Jurídica, fiscal

2.1) - **Contrato social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; quando se tratar de empresa pública será apresentada cópia das leis que a instituiu;**

2.2) - **Cédula de Identidade dos sócios da empresa (RG);**

2.3) - **Cadastro de pessoas físicas dos sócios da empresa (CPF);**

2.4) - **Comprovante de Inscrição do CNPJ;**

2.5) - **Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);**

2.6) - **Certidão negativa de débitos junto ao FGTS;**

2.7) - **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, incluindo os Débitos Previdenciários;**

2.8) - **Certidão negativa de débitos junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;**

2.9) - **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);**

2.10) - **Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 90 (Noventa) dias corridos anteriores à data da licitação.**

3 – Qualificação Técnica:

3.1 - Declaração expressa de que o licitante não Emprega Menor, assinada pelo representante legal do licitante, conforme Anexo III;

3.2 - Declaração do licitante, sob as penas da lei, de que não foi declarado inidônea e/ou suspensão para licitar e contratar com a administração pública, conforme modelo do Anexo IX, assinada por representante legal do licitante;

3.3 - Termo de Visita Técnica, fornecido pelo Centro de Processamento de Dados - CPD da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG comprovando que o interessado realizou a visita técnica, tornando conhecimento de todas as informações e das condições locais (de redes, equipamentos, localização), para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

3.4 - Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a cessão e/ou licença de uso, dos sistemas integrados de gestão pública, objeto da presente licitação, com indicação clara de que atende as exigências do projeto SICOM DO TCE-MG (Acompanhamento Mensal, Balancete Contábil, Folha de Pagamento, Dcas) e contempla o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

3.5 - O(s) atestado(s) de capacidade técnica mencionado no subitem 3.6 deverá (ão) atestar todos os aplicativos que compõem o objeto desta licitação, para o qual apresentar proposta, podendo, também,



serem apresentados tantos atestados quantos necessários para abranger todos os sistemas desta licitação;

3.6 - Declaração de disponibilidade de pessoal qualificado para atender o objeto desta licitação e na conversão de dados, implantação, treinamento dos usuários, manutenção legal e corretiva, suporte operacional, consultoria pós-implantação e atualização de versões, tendo em vista os dispostos no anexo X;

4 - Qualificação Econômico-Financeira:

4.1 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2016), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou outro indicador que o venha substituir.

4.1.1 - Se necessário a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo contador.

4.1.2 - As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do Último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

Observação:

Serão considerados aceitos como na forma de lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) - publicados em Diário Oficial; ou
- b) - publicados em Jornal; ou
- c) - por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou
- d) - por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

4.1.3 - Os documentos relativos ao subitem 4.1 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador, ou, mediante publicação no órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade —CRC— são indispensáveis.

4.1.4 – A Administração poderá suprimir ou acrescentar o objeto licitado em até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no artigo 65, I, e § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.



5 — Análise Contábil-financeira com todas as informações ali contidas, que são indispensáveis ao atendimento do item 4.1 acima disposto.

5.1 — A boa situação financeira da licitante será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Seca, Liquidez Corrente (LC), Solvência Geral (SG) e Índice de composição de capitais, resultantes da Análise Contábil-Financeira, constante do Anexo VII.

5.2 — Será considerada apta financeiramente a empresa que atingir os índices mínimos = 1,0, referente aos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Seca (LS), Liquidez Corrente (LC), Índice de Composição de Capitais. Quando à Solvência Geral (SG) deverá ser maior que 1,0.

5.3 - As empresas com menos de um exercício financeiro deverão apresentar balanço de abertura ou último balanço patrimonial levantando, conforme o caso;

5.4 — Serão considerados na forma da lei o balanço patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentadas:

a) publicados no diário oficial; ou

b) publicados em jornal; ou

c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na junta comercial da sede ou domicílio do licitante; ou,

d) por cópia ou fotocópia do livro diário, devidamente autenticado na junta comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro Órgão equivalente, inclusive com os termos de abertura e de encerramento;

5.5 - O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis apresentadas deverão conter assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador ou, caso apresentadas por meio de publicação, permitir a identificação do veículo de imprensa e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no conselho regional de contabilidade — CRC — são indispensáveis;

5.7 — Caso as declarações exigidas deste item não tenham sido assinadas por sócio gerente ou diretor da empresa, identificado no ato constitutivo da mesma, deverão ser acompanhadas de procuração que conceda poderes ao signatário das declarações.

5.8 — O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis.

6. - O Pregoeiro poderá efetuar consulta ao site da Receita Federal na *internet* para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica — **CNPJ**, em observância à Instrução Normativa da SRF nº. 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela *internet*, junto aos sites dos órgãos emissores para fins de habilitação.

6.1 - Procedida a consulta, serão impressas declarações demonstrativos/comprovantes da situação do licitante que serão juntadas aos autos do processo licitatório.



7. - Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela *internet*.

7.1 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação, após a protocolização;

7.2 - Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

8. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 90 (noventa) dias até a data de abertura do Pregão.

9. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

10 - A Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, deverá apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

11 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do município, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão das eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos negativos.

12 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

13 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

14 – A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo facultado ao (a) Pregoeiro (a) convocar os licitantes submeter o processo à Autoridade competente para revogação.

10 – DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO DO PREGÃO

1 - Na sala de licitações da Secretaria Municipal de Fazenda a partir da data e horário estabelecido no preâmbulo deste edital, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitará novos representantes/licitantes, será declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao certame.

2 – Classificação das Propostas Comerciais

2.1 - Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.



2.2 - O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor valor por lote e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), para participarem dos lances verbais.

2.3 - Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

3 – Lances Verbais

3.1 - Aos licitantes classificados será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.

3.2 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

3.3 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

4 – Julgamento

4.1 - O critério de julgamento será o de menor preço por lote

4.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

4.2.1 - Caso não se realize lance verbal será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor valor por lote e o valor estimado da contratação.

4.2.2 - Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

4.3 - Sendo aceitável a oferta de menor valor por, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

4.4 - Constatado o atendimento pleno às exigências, será declarado o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

4.5 - Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do licitante, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital.

4.6 - Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido melhor preço.

5 - Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes.



6- Decididos os recursos ou transcorrido *in albis* o prazo para sua interposição, o Pregoeiro devolverá aos licitantes julgados desclassificados os envelopes — **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**.

7 – O licitante declarado vencedor terá o prazo de 02 (dois) dias a contar da ata de sessão de julgamento de propostas para realizar demonstração do software na sede da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG para que a Comissão possa verificar a conformidade de sua proposta com os requisitos do edital nos termos do art. 43, inciso IV da Lei Federal n. 8.666/93.

11 – DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala da Comissão Permanente de Licitação.

2 - O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato da sessão de julgamento de proposta do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

4 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 03 (três) dias.

5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6 - O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

1 - Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.

2 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

13 - CONTRATAÇÃO

1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proposta vencedora será convocado para firmar o termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme Minuta Contratual - Anexo XI e proposta aceita.

2 - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o contrato.



3 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato.

4 - O representante legal da proposta vencedora deverá assinar o contrato dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação.

5 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

6 - Se a empresa considerada vencedora deixar de assinar o contrato ou o termo equivalente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, sem que tenha solicitado prorrogação de prazo mediante justificativa, por escrito, e aceita pela Administração Pública Municipal, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e mesmas condições estabelecidas na sua proposta, podendo optar por revogar a licitação, nos termos do art. 64, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7 - A Administração poderá suprimir ou acrescentar o objeto licitado em até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no art. 65, I e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

14 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

1 – Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta licitação, a Secretaria Municipal de Fazenda, observadas os artigos 67 a 70 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

2 – A contratada é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento da fiscalização na execução do contrato, bem como o acesso às fontes de informações que forem julgadas necessárias.

3 – A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG reserva-se o direito de não receber serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93.

4 - As decisões, comunicações, ordens ou solicitações deverão se reverter, obrigatoriamente da forma escrita e obedecer às normas emanadas pela Prefeitura.

15 – DO PAGAMENTO

1 - Os pagamentos decorrentes da concretização do objeto desta licitação, serão efetuados mensalmente, pela Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, no mês subsequente ao dos serviços prestados, por processo legal, após a devida comprovação da prestação dos serviços nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos, em até 30 (trinta) dias úteis.

2 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.



3 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

4 - Além do cumprimento das obrigações supracitadas, a realização do pagamento ficará condicionada:

4.1 - Apresentação de atestado expedido pela Secretaria ordenadora da despesa que comprove a efetiva e satisfatória prestação dos serviços objeto do presente edital.

4.2 - Apresentação dos comprovantes de regularidade relativos à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, atualizado.

16 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: 02.02.20.00.04.123.4001.00.2.185.3.3.90.40.02.0010 – Ficha 252-1 – Locação de Software.

17 – DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

1 – Ocorrendo desequilíbrio no mercado econômico, os preços poderão ser atualizados comprovadamente através de planilha, observando o disposto do inciso II Art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, combinado com o inciso III Art. 55 e inciso II alínea —dII do Art. 65 do referido diploma legal.

1.1 – A atualização dos preços será concedida mediante solicitação da **EMPRESA** em tempo hábil e posterior análise do pedido feito pela **PREFEITURA**.

18 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1 - O adjudicatário que, convocado dentro do prazo de eficácia de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, segundo resultar apurado em processo regular pela autoridade competente, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Monte Carmelo - MG e será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei do Pregão (10.520/2002) pelo prazo de 02 (dois) anos, além de sujeitar-se às multas previstas neste edital e no termo de contrato, bem como às demais cominações legais.

2 - Assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, serão aplicadas ao contratado, total ou parcialmente inadimplente, as sanções previstas nos Art. 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a saber:

a) multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Monte Carmelo - MG, por prazo não superior a dois anos.

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a



autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associarem-se à prática de ilícito penal.

3 - A penalidade estabelecida na letra (b), do item 2 (dois) poderá ser cumulada com qualquer das demais.

4 - O valor de multa aplicada será descontado de eventuais créditos que tenha o contratado em face do contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.

19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

2 - A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

3 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificados e envelopes — Proposta Comercial de licitantes inabilitados.

4 - Na análise da documentação e no julgamento das propostas de preço, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

5 - Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

6 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

6.1 - Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio;

6.2 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

7 – Todas as decisões referentes ao presente processo de licitação pública serão publicadas no site www.montecarmelo.mg.gov.br, no Jornal Oficial do Município, Jornal de Circulação Regional (AMM), Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no Diário Oficial da União.



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Licitações
Administração 2021-2024

8 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

9 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Monte Carmelo - MG revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

10 – A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

11 - Para atender a seus interesses, a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo –MG reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

12 - Este edital encontra-se publicado na íntegra no site da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, www.montecarmelo.mg.gov.br, podendo ser retirado diretamente na Secretaria Municipal de Fazenda. O extrato do edital, acha-se publicado no Diário Oficial do Município, Jornal de Circulação Regional (AMM), Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no Diário Oficial da União.

13 - Os casos omissos e as dúvidas relacionadas a este edital poderão ser tratados através do telefone: (34) 3842-5880, ou pelo e-mail: licitacao@montecarmelo.mg.gov.br, e serão respondidos pelo Pregoeiro, no horário compreendido entre 08:00 às 11:30 horas e 13:30 às 17:00 horas, até 3 (três) dias antes do pregão;.

14 - Fica eleito o foro da Comarca de Monte Carmelo – MG, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Monte Carmelo/MG, 06 de junho de 2022.

Ana Paula Pereira
Secretária Municipal de Fazenda

Iscleris Wagner Gonçalves Machado
Pregoeiro



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2022

Processo nº: 80/2022

Modalidade: Pregão nº 53/2022

Edital nº: 53/2022

Tipo: Menor Preço por Lote.

OBJETO: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo.

Planilha consolidada dos lotes e descrição do software e serviços

LOTE Nº 01 – PREFEITURA - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA					
ITEM	UN	QTD.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL DO ITEM
01	SE	12	SOFTWARE E SERVIÇOS PREFEITURA Descrição dos aplicativos do software: Sistema de compras; Sistema de licitações; Sistema de almoxarifado Sistema de cotação de itens Sistema de contabilidade pública e controle interno; Sistema de folha de pagamento, e-social e holerite online Sistema de tributação; Sistema de importação e exportação de dados; Sistema de protocolo de documentos; Sistema de controle de aplicativos e permissões de usuários; Sistema de atualização de versões; Sistema de controle de frotas; Sistema de controle de bens patrimoniais; Sistema de controle de acessos; Sistema de backup/Restore; Sistema de aplicativos e permissões para assinatura digital; Sistema de instrumentos de planejamento – PPA - LDO – LOA; Sistema de controle integrado de acessos; Sistema de portal da transparência e serviços de informação ao cidadão; Sistemas de Saúde Pública Descrição resumida dos serviços: Instalação; Implantação;	R\$ 61.333,33	R\$ 735.999,96



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Licitações
Administração 2021-2024

			Conversão; Treinamento.		
--	--	--	----------------------------	--	--

LOTE Nº 02 – PREFEITURTA – SISTEMA DE CONTROLE EDUCACIONAL

ITEM	UN	QTD.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL DO ITEM
01	SE	12	SOFTWARE EDUCACIONAL E SERVIÇOS Descrição resumida dos serviços: Instalação; Implantação; Conversão; Treinamento;	R\$ 4.833,33	R\$ 57.999,96

LOTE Nº 03 – PREFEITURTA – SISTEMA DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA

ITEM	UN	QTD.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL DO ITEM
01	SE	12	SOFTWARE E SERVIÇOS N. FISCAL PREFEITURA Sistema de nota fiscal eletrônica de serviços Descrição resumida dos serviços: Instalação; Implantação; Conversão; Treinamento.	R\$ 4.833,33	R\$ 57.999,96

LOTE Nº 04 – PREFEITURTA – DMAE – SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO INTEGRADO

ITEM	UN	QTD.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL DO ITEM
01	SE	12	SOFTWARE E SERVIÇOS DMAE Descrição dos aplicativos do software: Sistema de compras; Sistema de licitações; Sistema de almoxarifado Sistema de cotação de itens Sistema de contabilidade pública e controle interno; Sistema de folha de pagamento e e-social e holerite online Sistema de importação e exportação de dados; Sistema de protocolo de documentos; Sistema de controle de aplicativos e permissões de usuários; Sistema de atualização de versões; Sistema de controle de frotas; Sistema de controle de bens patrimoniais; Sistema de controle de acessos; Sistema de backup/Restore; Sistema de aplicativos e permissões para assinatura digital; Sistema de instrumentos de planejamento – PPA - LDO – LOA; Sistema de controle integrado de acessos;	R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Licitações
Administração 2021-2024

		Sistema de portal da transparência e serviços de informação ao cidadão; Sistemas de Saneamento básico Sistema de faturamento de contas de água e esgoto Descrição resumida dos serviços: Instalação; Implantação; Conversão; Treinamento.		
Valor total estimado para esta contratação				R\$ 1.031.999,88

JUSTIFICATIVA

1. Os serviços em referência são necessários para gerir e processar eletronicamente o conjunto das informações administrativas, conferindo unidade e lógica e sistêmica aos dados obtidos, de forma que possam ser consolidados em relatórios eletrônicos, possibilitando que as remessas de dados exigidos pelo SICOM/TCE-MG sejam enviados de forma precisa e compatível com os padrões vigentes, em sintonia com o princípio da eficiência administrativa elencado no Art. 37, “*caput*”, da CF/88.
2. Em virtude do controle externo realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) ter no Sistema Informatizado de Contas do Município (SICOM) um instrumento essencial para controle da gestão dos recursos públicos, torna-se imprescindível que o Município tenha um Sistema Integrado de Gestão Pública que seja capaz de processar os dados administrativos de forma compatível com esta tecnologia, sob pena de inobservância e desatendimento à deliberações emanadas pelo TCE-MG.
3. Acrescente-se o fato de que, no atual contexto tecnológico, com predomínio da informática e da *internet* como plataformas tecnológicas da era digital, um Sistema Integrado de Gestão Pública caracteriza ferramenta essencial para a Administração Pública e continuidade dos serviços públicos.
4. Também, com a presente licitação, o Município busca formalizar a contratação destes itens, buscando evitar com tal medida o fracionamento de despesa.
5. Outrossim, como se trata de serviços comuns, amplamente referenciados pelo mercado, adotou-se a modalidade pregão.
6. Em razão das peculiaridades técnicas do serviço ora referenciado, deliberou-se pela adjudicação por LOTE, sob menor preço, uma vez que a prestação engloba mais de um procedimento, que são indissociáveis para a execução do serviço como um todo, sendo que propostas que contemplem apenas um dos lotes ora descritos, será desclassificada por não atender ao escopo da contratação.
7. Por fim, as especificações técnicas exigidas são necessárias e imprescindíveis para a obtenção de serviços de qualidade, compatíveis com as praticadas no mercado em referência.

OBS 01: OS SISTEMAS INTEGRADOS DEVERÃO SER IMPLANTADOS ATENDENDO OS SEGUINTE REQUISITOS MÍNIMOS:

REQUISITOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS:

1 - Ambiente *client-server*;



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Licitações
Administração 2021-2024

2 - Rodar em servidores Windows Server 2000 ou superior;
3 - O software deve executar em plataforma de banco de dados relacional, deverá ser totalmente gratuito, com limite mínimo do tamanho de armazenamento de dados ILIMITADOS;
4 - Desenvolvido em interface gráfica;
5 - Controle de acesso aos módulos através de usuários e senhas;
6 - Garantir a integridade referencial entre as tabelas tanto na aplicação quanto pelo banco de dados;
7 - Atualização automática dos módulos tanto no servidor quanto nas estações usuárias, no caso de atualização de versões;
8 - Módulo de backup automático, podendo ser realizado o backup da base de dados quantas vezes for necessário, conforme determinado pela contratante.
9 - Utilizar-se de apenas um Banco de Dados que deverá contemplar a solução completa do sistema, Decreto Federal nº 10.540/2020, exceto os aplicativos Web;
10 - Uso do <i>e-token</i> para assinatura digital.
INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA:
Licenciamento de cópias da solução de software completa para instalação e utilização em servidores e estações de trabalho sem custo adicional a CONTRATANTE, com exceção do sistema operacional.
A comunicação entre os servidores e estações deve utilizar o protocolo TCP/IP.
O software básico complementar necessário à perfeita execução dos sistemas ofertados no ambiente descrito deverá ser relacionado pela licitante, à aquisição de toda e qualquer licença ou cessão de uso de software necessário para a execução do sistema licitado é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, com exceção do sistema operacional.
O Banco de dados deverá ser de fácil instalação e dispensa as configurações do avançadas Windows.
As transações no sistema, preferencialmente, devem ficar registradas permanentemente com a indicação do usuário, data, hora exata, <i>hostname</i> e endereço IP, informação da situação antes e depois, para eventuais necessidades de auditoria posterior.
Possuir uma interface amigável e de fácil configuração evitando que seja necessário um funcionário com conhecimento sobre o banco utilizado.
Deverá operar por transações (ou formulários 'on-line') que, executam ou registram as atividades administrativas básicas. Os dados recolhidos em uma transação deverão ficar imediatamente disponíveis em toda a rede, em um servidor central. Isto significa que cada dado deverá ser recolhido uma única vez, diretamente no órgão onde é gerado. As tarefas deverão ser compostas por telas gráficas específicas. Os dados transcritos pelos usuários deverão ser imediatamente validados e o efeito da transação deverá ser imediato.
Segurança de Acesso e Rastreabilidade.



As tarefas deverão ser acessíveis somente a usuários autorizados especificamente a cada uma delas. Para cada tarefa autorizada, o administrador de segurança deverá poder especificar o nível do acesso (somente consulta ou também atualização dos dados).
Deverá operar por transações (ou formulários 'on-line') que, executam ou registram as atividades administrativas básicas. Os dados recolhidos em uma transação deverão ficar imediatamente disponíveis em toda a rede, em um servidor central. Isto significa que cada dado deverá ser recolhido uma única vez, diretamente no órgão onde é gerado. As tarefas deverão ser compostas por telas gráficas específicas
Segurança de Acesso e Rastreabilidade.
As tarefas deverão ser acessíveis somente a usuários autorizados especificamente a cada uma delas. Para cada tarefa autorizada, o administrador de segurança deverá poder especificar o nível do acesso (somente consulta ou também atualização dos dados).
As principais operações efetuadas nos dados deverão ser registradas em cada usuário, através de logs, de forma a possibilitar auditorias futuras.
Quanto ao acesso aos dados, o gerenciador deverá oferecer mecanismos de segurança que impeçam usuários não autorizados de efetuar consultas ou alterações em algumas telas de forma seletiva.

REQUISITOS GERAIS DE ATENDIMENTO OBRIGATÓRIO SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO:
APLICATIVOS INTEGRADOS SISTEMA DE COMPRAS:

Exigências mínimas para este aplicativo - Lotes 01 e 04:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1 - Possuir mecanismos automáticos de controle da numeração dos processos administrativos de compras, independente de modalidade, fazendo com que os números sejam sequenciais e sem repetições, inclusive para as requisições, solicitações, autorizações de fornecimento de materiais e serviços;
- 2 - Possuir tabelas que permitam a inclusão de Grupos, Subgrupos, Materiais e Itens com campo com capacidade 35 para atender ao PCASP;
- 3 - Possuir mecanismos para inclusão e definição de itens definindo se Material de Consumo, Material Permanente ou Serviço;
- 4 - Possuir mecanismos para controlar as datas de inclusão dos itens no momento dos cadastramentos, contendo informações sobre a definição da unidade de medida, (unidade, litro, dúzia, quilo, pacote, caixa, metro, e etc.) sem limite de quantidade.
- 5 - Possuir mecanismo que não permita a inclusão de item sem o valor de mercado para auxiliar na geração do valor estimado e limite para compras e reserva de dotação orçamentária;
- 6 - Possuir mecanismo que permita vincular um item a mais de um almoxarifado e proporcionar o controle dos saldos individualizados por almoxarifados;



-
- 7 - Possuir mecanismo que só permita a inclusão de um item de material de consumo em uma requisição de igual finalidade, ou seja, de material de consumo. Esse controle é de fundamental importância para o controle das dotações orçamentária, impedindo que um material de consumo seja empenhado e incorporado ao Patrimônio do Município indevidamente.
- 8 - Possuir mecanismo que só permita a inclusão de um item de material permanente em uma requisição de igual finalidade, ou seja, de material permanente. Esse controle é de fundamental importância para o controle das dotações orçamentárias, a inclusão automática do item no Patrimônio do Município e ainda quando se tratar de veículos e/ou máquinas possibilitar a inclusão no aplicativo de Frotas para controle e envio dos gastos TCEMG através do projeto SICOM;
- 9 - Possuir mecanismo que permita que todos os usuários do respectivo aplicativo possam efetuar requisições de materiais ao qual esteja vinculado no aplicativo de Folha de Pagamento, ou seja, os servidores municipais possam apenas efetuarem requisições de acordo com o vínculo com a sua Secretaria, não permitindo que um servidor da Educação tenha acesso e faça requisição de matérias no Almoxarifado da Saúde ou em qualquer outro. Esse controle é de fundamental importância para que não ocorra desvio de recursos e/ou de finalidade dos bens materiais adquiridos;
- 10 - Possuir mecanismo que possibilita ao responsável autorizar em todo ou em parte as quantidades requisitadas pelos seus subordinados, mantendo inalteradas as quantidades requisitas e não aprovadas;
- 11 - Possuir mecanismo que efetue a contabilização automática de entrada e saída de materiais em estoque, efetuando os lançamentos de Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas quando for o caso e também os lançamentos de controle no PCASP;
- 12 - Possuir mecanismo que efetue os lançamentos automaticamente nas respectivas contas de almoxarifados e demonstrem os saldos consolidados no Balancete contábil. Esse procedimento é de fundamental importância para a geração e envio dos arquivos ao TCEMG através do projeto SICOM;
- 13 - Possuir mecanismo que demonstre o valor individualizado por lote e global nas Solicitações de Compras, de acordo com aqueles cadastrados no momento da inclusão do item ou alterado em função do valor de mercado. Esse procedimento é de fundamental importância para auxiliar o gestor e ou comprador do valor global que servirá de parâmetro para reserva da dotação orçamentária e consequentemente para julgamento da menor proposta.
- 14 - Possuir mecanismos que sugiram automaticamente a classificação orçamentária da despesa, se despesa com pessoal e encargos, material de consumo, permanente, de serviços, amortização da dívida e etc. diminuindo a ocorrência de erros na definição das dotações orçamentárias;
- 15 - Possuir mecanismo que efetue a reserva na dotação orçamentária definida pelo contador e/ou responsável, do valor total solicitado, automaticamente, controlando ainda o saldo orçamentário reservado anteriormente e o disponível para a realização dos respectivos processos administrativos;
- 16 - Possuir mecanismos que impeçam a abertura de processos administrativos de compra sem a reserva prévia de dotação orçamentária, independentemente do valor ou da origem da despesa, exceto nos casos de Pregão por Registro de Preços;



-
- 17 - Possuir mecanismos que efetuem o estorno das reservas de dotações automaticamente, no ato da geração dos empenhos;
- 18 - Possuir mecanismos que possibilitem ao Controle Interno, intervir no processo de compra, liquidação e pagamento de maneira que somente possam prosseguir após concluído a verificação prévia, concomitante e de fiscalização, de acordo com o estágio do processo administrativo e ou de gestão;
- 19 - Possuir mecanismos que impeçam que um Servidor, de uma determinada Secretaria, efetue empenho em dotação de outra Secretaria, sem que exista permissão para tal finalidade;
- 20 - Possuir mecanismos que efetuem o empenho automaticamente no ato da realização da despesa, gerando as Autorizações de Fornecimento, de acordo com parametrização da Prefeitura Municipal;
- 21 - Possuir mecanismos que permitam à Administração, determinar as permissões de cada usuário dentro da Aplicação;
- 22 - Possuir mecanismos que registrem as principais ações dos usuários dentro da Aplicação, contendo informações como: rotinas em que o usuário efetuou modificações, tabela que foi modificada, chave de acesso à tabela, data e hora da modificação, número do IP da máquina que originou a modificação, tipo de operação efetuada (inclusão, alteração, exclusão etc.) e o conteúdo dos campos.
- 23 - Possuir tecnologia de assinatura digital integrada ao sistema, que permite a atualização de e-tokene Smartcard para efetuar assinaturas digitais, de acordo com a parametrizações desejadas pela Prefeitura Municipal de Monte Carmelo-MG e de acordo com as atribuições e permissões dos usuários, conforme particularidades de cada aplicativo.

SISTEMA DE LICITAÇÕES

Exigências mínimas para este aplicativo - Lotes 01 e 04:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1 - Possuir mecanismos que permitam registrar a Portaria e/ou Decreto de nomeação dos integrantes da Comissão de Licitações, suas responsabilidades individuais, as datas da vigência (início e fim), os termos do Projeto SICOM do TCEMG;
- 2 - Possuir mecanismos que permitam registrar a Portaria e/ou Decreto de nomeação dos integrantes da equipe de apoio e do Pregoeiro, suas responsabilidades individuais, as datas da vigência (início e fim), nos termos do Projeto SICOM do TCEMG;
- 3 - Possuir mecanismos que permitam cadastrar as demais autoridades responsáveis, seus cargos, para atendimento ao Projeto SICOM do TCEMG;
- 4 - Possuir mecanismos que permitam a abertura de processos de compras, possibilitando a unificação do objeto de despesa para a realização de um único processo, independentemente da quantidade de solicitações requisitadas pelas diversas Secretarias e/ou Departamentos, somando os valores reservados e possibilitando que a Comissão de Licitações escolha a modalidade de licitação;
- 5 - Possuir mecanismos que permitam a elaboração do Edital a partir do processo administrativo já instaurado, e atenda as exigências do art. 38 da Lei 8.666/93;



- 6 - Possuir mecanismo que permitam a emissão de Parecer Jurídico pelo profissional previamente cadastrado, registrando o nome completo e respectivo registro na OAB, vinculando o profissional aos respectivos Processos e suas fases;
- 7 - Possuir mecanismos que permitam o cadastramento do representante legal do fornecedor em cada processo licitatório, para atendimento ao Projeto SICOM do TCEMG;
- 8 - Possuir mecanismos que possibilitem importar a proposta inicial apresentada em qualquer mídia removível (CD, *Pen Drive*, etc.), independentemente da quantidade de fornecedor participante, classificando de acordo com o critério de julgamento definido no edital;
- 9 - Possuir mecanismos que verifiquem e classifique as propostas apresentadas por item ou global, conforme estabelecido no Edital;
- 10 - Possuir mecanismos que gerem os relatórios e/ou formulários exigidos no certame licitatório em tempo real e de acordo com as fases (interna e externa), e permitam ao usuário efetuar quaisquer adequações aos mesmos antes de sua impressão, através de editor de textos próprio e/ou gratuito, integrado à Aplicação;
- 11 - Possuir mecanismos que permitam ao usuário definir novos relatórios, e/ou formulários, do certame licitatório, bem como alterar os existentes utilizando se de editor de textos próprio e/ou gratuito, integrado à Aplicação;
- 12 - Possuir editor de texto próprio e/ou gratuito integrado à Aplicação, com recurso de justificação automática de texto e de geração automática de relatórios;
- 13 - Possuir mecanismos que permitam o registro e a validação automática dos documentos apresentados pelos proponentes para habilitação, possibilitando ainda, a inabilitação quando ocorrer divergência entre as exigências estabelecidas no edital e a proposta apresentada;
- 14 - Possuir mecanismos que permitam à Administração receber, registrar e encaminhar os recursos administrativos apresentados, independentemente das fases;
- 15 - Possuir mecanismos que permitam a realização dos empenhos, automaticamente, sem retrabalho, de todas as despesas, de acordo com os respectivos fornecedores vencedores no certame licitatório;
- 16 - Possuir mecanismos que permitam a realização das Autorizações de Fornecimento, automaticamente, sem retrabalho, possibilitando o controle e demonstrando ao Fornecedor que as despesas foram devidamente empenhadas;
- 17 - Possuir mecanismos que gerem automaticamente os dados principais do contrato para atender ao projeto SICOM do TCEMG;
- 18 - Possuir mecanismos que registrem as principais ações dos usuários dentro da Aplicação, contendo informações como: rotinas em que o usuário efetuou modificações, tabela que foi modificada, chave de acesso à tabela, identificação do usuário, data e hora da modificação, número do IP da máquina que originou a modificação, tipo de operação efetuada (inclusão, alteração, exclusão, etc.) e o conteúdo dos campos;
- 19 - Possuir tecnologia de assinatura digital integrada ao sistema, que permite a atualização de *e-tokene Smart Card* para efetuar assinaturas digitais, de acordo com a parametrizações desejadas pela



Prefeitura Municipal e de acordo com as atribuições e permissões dos usuários, conforme particularidades de cada aplicativo.

SISTEMA DE ALMOXARIFADOS

Exigências mínimas para este aplicativo - Lotes 01 e 04:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1 -Possuir mecanismos de classificação de materiais, por grupo e subgrupo de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. (PCASP);
- 2 -Possuir mecanismos que permitam a inclusão dos itens de materiais de consumo e permanente, bem como a vinculação em um ou mais almoxarifados;
- 3 -Possuir mecanismos que possibilitam que os usuários efetuem os lançamentos automáticos de entrada de materiais de acordo com a Autorização de Fornecimento e registre a chave de validação das Notas Fiscais; (entradas dependentes da execução orçamentária)
- 4 -Possuir mecanismos que possibilitem que os usuários efetuem os lançamentos de entrada e saída de materiais recebidos por doação ou baixados, através de lançamentos independente da execução orçamentária;
- 5 -Possuir mecanismos que possibilitam atender as requisições para as quais os materiais foram adquiridos, respeitando sempre a Secretaria pela qual ocorreram as despesas, impossibilitando que outra Secretaria requisite os materiais adquiridos, ou seja, todos os bens adquiridos por uma Secretaria deverão permanecer consignado à mesma;
- 6-Possuir mecanismos que permitam a transferência de matérias entre almoxarifados apenas para o usuário responsável e com senha específica;
- 7 - Possuir mecanismos que permitam a incorporação automática dos materiais permanentes adquiridos no exercício, no cadastro do patrimônio, em decorrência da entrega dos bens (liquidação), bem como sua contabilização nas contas patrimoniais e de variações;
- 8 -Possuir mecanismos que registrem automaticamente o último custo praticado para cada item;
- 9 -Possuir mecanismos que possibilitem o atendimento parcial de requisições;
- 10 - Possuir mecanismos que permitam à Administração, vetar a requisição de materiais em função de motivo relevante;
- 11 - Possuir mecanismos que gerem a Nota de Liquidação de Despesa, automaticamente, quando da entrada dos materiais de consumo e permanente, nos respectivos almoxarifados de origem, com a consequente contabilização no PCASP e as incorporações no aplicativo do Patrimônio e Frotas, quando for o caso;
- 12 - Possuir mecanismos que permitam ao usuário realinhar os preços dos itens quando necessário;
- 13 - Possuir mecanismos que registrem as principais ações dos usuários dentro da Aplicação, contendo informações como: rotinas em que o usuário efetuou modificações, tabela que foi modificada, chave de acesso à tabela, identificação do usuário, data e hora da modificação, número do IP da máquina que



originou a modificação, tipo de operação efetuada (inclusão, alteração, exclusão, etc.) e o conteúdo dos campos.

- 14 - Possuir relatórios para conferência de estoque por almoxarifado;
- 15 - Gerar o Inventário Geral de materiais existentes em estoque em todos os almoxarifados;
- 16 - Possuir tecnologia de assinatura digital integrada ao sistema, que permite a atualização de e-tokene Smartcard para efetuar assinaturas digitais, de acordo com a parametrizações desejadas pela Prefeitura Municipal de Monte Carmelo/MG e de acordo com as atribuições e permissões dos usuários, conforme particularidades de cada aplicativo.

SISTEMA DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO:

Exigências mínimas para este aplicativo - Lotes 01 e 04:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1 - Utilizar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público PCASP;
- 2 - Possuir integração com outros Aplicativos do Sistema, de forma a permitir receber os lançamentos dos mesmos automaticamente, sem a necessidade de retrabalho;
- 3 - Possuir mecanismos que permitam a elaboração do Plano Plurianual de Governo
- 4 - Possuir mecanismos que permitam a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- 5 - Possuir mecanismos que permitam a elaboração da Lei Orçamentária Anual;
- 6 - Possuir mecanismos que permitam efetuar a atualização de Receitas
- 7 - Possuir mecanismos que permitam a abertura de créditos adicionais, conforme classificados na Lei nº 4.320/64;
- 8 - Possuir mecanismos que permitam efetuar o bloqueio de despesas por dotação orçamentária quer seja para limitar gastos ou corrigir possíveis distorções ocorridas na elaboração do orçamento;
- 9 - Possuir mecanismos que permitam a elaboração de Planos de Trabalho visando à celebração de convênios;
- 10 - Possuir mecanismos que permitam registrar os Convênios e configuração das contas contábeis, a conta bancária e os demais dados necessários para atendimento ao Projeto SICOM do TCEMG;
- 11 - Possuir mecanismos que permitam o cadastramento e controle dos financiamentos obtidos a longo prazo, dos Contratos e/ou Parcelamento da Dívida Fundada Interna, possibilitando a baixa automática das parcelas pagas com os respectivos lançamentos de Variações Patrimoniais no Plano de Contas, gerando o anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64;
- 12 - Possuir mecanismos que permitam o cadastramento e controle das contas de despesas extraorçamentária, as quais receberão os lançamentos de inscrição e baixa, automaticamente, gerando o Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64;
- 13 - Possuir mecanismos que permitam incluir as contas bancárias por tido (Movimento, Vinculada, Aplicação e a Regularizar), separando por Fonte de Recursos, vinculando automaticamente às dotações orçamentárias com Fontes de Recursos Iguais;



-
- 14 - Possuir mecanismos que permitam ao contador ou responsável a classificação orçamentárias para cobrir as despesas de cada solicitação efetuada;
- 15 - Possuir mecanismos que permitam ao Controlador Interno e/ou responsável verificar e confirmar ou não a continuidade do processo administrativo de despesa (Controle Prévio);
- 16 - Possuir mecanismo que permita ao Secretário (a), controlador (a), ou outro usuário especialmente designado dar prosseguimento ao processo que antecede a abertura dos processos de compras;
- 17 - Possuir mecanismos que possibilitam a geração de Comunicação Interna para realizar os procedimentos de despesas administrativas e/ou de compromissos assumidos tais como; Empenhos de Juros e Correção Monetária, adiantamentos de despesas de viagens, de pronto pagamento etc.;
- 18 - Possuir mecanismos que permitam gerar as Notas de Autorizações de pagamento vinculando a conta corrente bancária de modo que a Tesouraria não consiga efetuar alteração e pagar com outra conta;
- 19 - Possuir mecanismos que permitam que o responsável pelos pagamentos possa efetuar a vinculação de qualquer desconto orçamentário e extraorçamentário no ato do pagamento de empenho;
- 20 - Possuir mecanismos que efetuem os lançamentos contábeis de desconto tanto nas receitas quanto nas contas bancárias utilizadas para o pagamento de empenhos com desconto;
- 21 - Possuir mecanismos que impeça que os pagamentos sejam realizados por usuário que não utilizam o certificado digital;
- 22 - Possuir mecanismos que permitam selecionar mais de um empenho para que sejam assinados de um só vez, pelos responsáveis e somente por eles, através do certificado digital;
- 23 - Possuir mecanismos que registrem automaticamente o controle das despesas com Amortização e baixas da Dívida Fundada Interna (anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) e os respectivos lançamentos contábeis de Inclusão, atualização, cancelamento e saldo no Plano de Contas.
- 24 - Possuir mecanismos que permitam à Administração, determinar as permissões de cada usuário dentro da Aplicação;
- 25 - Possuir mecanismos que permitam a vinculação das fontes de recursos e as contas bancárias na elaboração da previsão orçamentária de receitas;
- 26 - Possuir mecanismos que permitam a vinculação das receitas para cumprimento e controle dos gastos com Educação e FUNDEB, gerando automaticamente os Anexos para conferências;
- 27 - Possuir mecanismos que permitam a vinculação das receitas para cumprimento e controle dos gastos com Saúde Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde gerando automaticamente os Anexos para conferências;
- 28 - Possuir mecanismos que permitam a vinculação das receitas para cumprimento e controle dos gastos com Pessoal Demonstrativo dos Gastos com Pessoal incluída a Remuneração dos Agentes Políticos Lei nº 101/00;
- 29 - Possuir mecanismos que permitam a contabilização e geração automática das Guias de Receitas no momento da leitura do arquivo retorno bancário, sem a interferência do usuário;



- 30 - Possuir mecanismos que permitam efetuar lançamentos de débitos e créditos a Regularizar, em contas específicas, separadas por Banco, agência e conta e os respectivos lançamentos no Plano de Contas;
- 31 - Possuir mecanismo que permitam regularizar os débitos e créditos quando identificados, registrando o histórico e identificando o Usuário responsável pelo lançamento através de *Log*;
- 32 - Possuir mecanismos que permitam efetuar as conciliações bancárias, registrando saldo anterior e final e demonstre os cheques em trânsito, os favorecidos, o número do empenho e o valor;
- 33 - Possuir mecanismos que permitam o bloqueio do mês fechado após a assinatura digital dos balancetes de Receita e Despesa;
- 34 - Possuir mecanismos que gerem os lançamentos automaticamente nos livros Diário, Razão, Balancete Contábil e demais Anexos da Lei Federal nº 4.320/64, no padrão PECASP, sendo que no Balancete Contábil o sistema deverá gravar até o décimo dígito contábil;
- 35 - Possuir mecanismos que efetue a geração e exportar dos arquivos (AM Balancete Contábil) e Folha de Pagamento através do projeto SICOM do Tribunal de Contas de Minas Gerais;
- 36 - Possuir mecanismo que só permitam a geração de liquidações de despesas, anulações de empenhos e pagamento mediante a utilização do *e-token* e *Smartcard*, com controle de usuários e permissões previamente definidos;
- 37 - Possuir mecanismos que permitam efetuar a transposição em percentual sobre o primeiro ano para o segundo das receitas e assim para os demais subsequentes.
- 38 - Possuir mecanismos que permitam efetuar a inclusão dos programas de governo com suas respectivas descrições, objetivos, justificativas.
- 39 - Possuir mecanismos que permitam efetuar a inclusão dos projetos/atividades dentro de cada programa de governo com suas respectivas descrições, finalidades, produtos, meta física, unidades de medida e indicadores para cada um dos quatro anos do PPA em elaboração.
- 40 - Possuir mecanismos que permitam efetuar a inclusão/exclusão/alteração das fichas da despesa para cada um dos quatro anos.
- 41 - Possuir mecanismos que permitam efetuar a emissão dos relatórios do PPA.
- 42 - Possuir mecanismos que permitam efetuar o atendimento Pleno dos arquivos de Instrumento de Planejamento (IP) do SICOM TCEMG
- 43 - Possuir tecnologia de assinatura digital integrada ao sistema, que permite a atualização de *e-token* Smartcard para efetuar assinaturas digitais, de acordo com as parametrizações desejadas pela Prefeitura Municipal e de acordo com as atribuições e permissões dos usuários, conforme particularidades de cada aplicativo.

SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO:

Exigências mínimas para este aplicativo - Lotes 01 e 04:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:



- 1-Possuir mecanismos que permitam integração com o Aplicativo da “Contabilidade” para configuração e definição das dotações orçamentárias por servidor de acordo com a sua lotação na estrutura administrativa de cada Secretaria;
- 2-Possuir mecanismos no cadastro de servidor contendo dados como PIS/PASEP, CPF, Data de Nascimento. Cada servidor deve possuir seu código de Matrícula e a informação de vínculo previdenciário;
- 3-Possuir mecanismos para cadastros de dependentes;
- 4-Possuir mecanismos que lancem automaticamente o “salário família”, de acordo com as particularidades cadastradas no dependente;
- 5-Possuir mecanismos que façam automaticamente a dedução do IRRF, de acordo com as particularidades cadastradas no dependente;
- 6-Possuir mecanismos para cadastros de pensionistas;
- 7-Possuir mecanismos que permitam o cadastro de secretários e vinculação as suas respectivas unidades orçamentárias, concedendo assim atribuições de acessos às liberações no Módulo de Administração do Processo de Compras, Licitação e Almoxarifado;
- 8-Possuir mecanismos que permitam o cadastro das Autoridades Responsáveis, concedendo as autorizações necessárias no Aplicativo da “Contabilidade Pública”;
- 9-Possuir mecanismos de configuração da folha de pagamento conforme a legislação municipal;
- 10-Possuir mecanismos que permitam o cadastro de Plano de Cargos e Salários, conforme explanado em Lei Municipal Tipos de Contrato, Funções e Níveis;
- 11-Possuir mecanismos que permitam o cadastro de Cargos e Funções, informando a Descrição do Cargo, o Vínculo, o CBO, Horas Mensais e Semanais, Grau de instrução para o cargo, e o Curso Acadêmico necessário ao cargo, sendo estes dados utilizados no cadastro do servidor e no envio do SICOM FOLHA;
- 12-Possuir mecanismos para cadastro da tabela do Imposto de Renda, suas respectivas alíquotas, dedução e período de vigência;
- 13-Possuir mecanismos que permitam o cadastro dos Planos de Previdência usados pela Entidade INSS e Previdências Privadas indicando período de referência e as respectivas alíquotas;
- 14-Possuir mecanismos que permitam o cadastro de Contribuição de Outros Vínculos, caso o servidor possua. Cadastro necessário para que o desconto não ultrapasse o teto permitido em lei;
- 15-Possuir mecanismos que permitam a utilização das Fichas Orçamentárias, previamente desdobradas no Aplicativo da “Contabilidade Pública”, no cadastro dos servidores;
- 16-Possuir mecanismos que permitam selecionar as dotações de obrigações Patronais de acordo com o vínculo de cada Servidor.
- 17-Possuir mecanismos que permitam selecionar o contribuinte com mais de um regime de previdência, tanto do Regime Geral de Previdência, Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de MODELOIPSEM, ou INSS, IPSEMG, etc.



-
- 18-Possuir mecanismos que permitam efetuar os empenhos automaticamente conforme definido na ficha de cadastro;
 - 19-Possuir mecanismos para Cadastro de Bancos, Agências e Tipos de Contas (Corrente, Salário, Poupança) para posterior vinculação ao cadastro dos servidores;
 - 20-Possuir mecanismos que permitam o cadastro dos Graus de Risco Insalubridade e Periculosidade suas respectivas alíquotas para pagamento do adicional;
 - 21-Possuir mecanismos que permitam o cálculo e empenho de Folhas de Pagamento diversas, por exemplo: Mensal, Complementar, 13º Salário, Férias, Rescisão, Etc.;
 - 22-Possuir mecanismos que possibilitam a criação de eventos de proventos ou descontos com diversas categorias, por exemplo: Hora Extra, Adiantamento de Férias, Adicional Noturno, faltas etc.;
 - 23-Possuir mecanismos que possibilitem o controle dos empréstimos consignados por servidor, separados por instituições financeiras;
 - 24-Possuir mecanismos que possibilitem a quitação do empréstimo antecipado, e o cancelamento de prestações quando o servidor estiver afastado, impossibilitado de receber pelo órgão público;
 - 25-Possuir mecanismos que bloqueiem a geração da Folha de Pagamento, mediante servidores com valores do cálculo Negativo;
 - 26-Possuir mecanismos de controle integrado com o Aplicativo da “Contabilidade Pública” que impeçam a geração dos empenhos da folha de pagamento quando não houver saldo suficiente nas fichas;
 - 27- Possuir mecanismos que identifiquem as fontes de recursos que não possuem saldo suficiente para o pagamento dos empenhos, fornecendo as informações necessárias para suplementação;
 - 28-Possuir mecanismos de integração com o Aplicativo da “Contabilidade Pública” que permitam gerar os empenhos da Folha de Pagamento automaticamente;
 - 29-Possuir mecanismos que permitam a geração automática das guias de receitas vinculadas aos empenhos gerados pela Folha de Pagamento;
 - 30-Possuir mecanismos que permitam a geração automática das guias de despesas extras orçamentárias vinculadas aos empenhos gerados pela Folha de Pagamento;
 - 31- Possuir mecanismo que possibilite a liquidação dos empenhos da folha de pagamento liberandos para pagamento de forma integrada com o Aplicativo da “Contabilidade Pública”;
 - 32- Possuir mecanismos que montem arquivos de exportação dos valores da Folha, para pagamento dos funcionários, dentro dos padrões bancários;
 - 33- Possuir mecanismos para exportar arquivos com informações mensais e anuais, em meio magnético, para DIRF, RAIS, SEFIP, CAGED e PIS/PASEP, integrado com o Aplicativo da “Contabilidade Pública”;
 - 34-Possuir mecanismos para cadastro das alíquotas RAT e Valor FAP, para geração da SEFIP;
 - 35-Possuir mecanismos que permitam o controle de afastamentos, inclusive por CID (Código Internacional de Doenças), acompanhando a emissão de Atestados Médicos, expedidos por profissional de saúde;



-
- 36- Possuir mecanismos que permitam o cadastro de licenças previstas em lei Licença Maternidade, Serviço Militar, Licença sem Vencimentos e etc.;
- 37- Possuir mecanismos que permitam o lançamento de Faltas não justificadas, seja em dia ou horas, para o desconto em folha e desconto nos dias de direito a férias, caso ultrapasse o limite aceitável;
- 38- Possuir mecanismos que permitam consulta em janela única abrangendo todo o histórico do funcionário, como cálculo de férias, períodos aquisitivos e evolução funcional;
- 39- Possuir diversidade de relatórios gerenciais para controle das movimentações da folha de pagamento;
- 40- Possuir mecanismos que registrem as principais ações dos usuários dentro da Aplicação, contendo informações como: rotinas em que o usuário efetuou modificações, tabela que foi modificada, chave de acesso a tabela, identificação do usuário, data e hora da modificação, número do IP da máquina que originou a modificação, tipo de operação efetuada (inclusão, alteração, exclusão, etc.) e o conteúdo dos campos;
- 41- Possuir mecanismos de controle de pagamento integrado com o Aplicativo de “Contabilidade Pública” através da assinatura digital.
- 42- Possuir mecanismos que permitam a consulta e emissão de holerite online;
- 43- Possuir mecanismo que permita ao servidor cadastrar/alterar senha, para ter acesso ao seu holerite no portal do servidor público;
- 44- Possuir mecanismos que permitam o acesso dos servidores por CPF, matrícula e senha;
- 45- Possuir mecanismos de segurança que permitam ao servidor ter acesso somente aos seus dados de holerite;
- 46- Possuir mecanismos que permitam ao servidor ter acesso em tempo real aos seus vencimentos na última folha gerada;
- 47- Possuir mecanismos que permitam ao servidor consultar qualquer holerite desde sua contratação;
- 48- Possuir mecanismos que permitam ao servidor recuperar sua senha;

SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO:

Exigências mínimas para este aplicativo - Lote 01:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) Possuir mecanismos de cadastro único de bairros e logradouros integrado com os aplicativos de “Protocolo, Contabilidade e ISSQN” para garantir a unicidade do registro;
- 2) Possuir mecanismos que permitam a unificação de cadastros de bairros e logradouros;
- 3) Possuir mecanismos de controle das unidades fiscais do município;
- 4) Possuir mecanismos que possibilite a atualização da cotação das unidades fiscais;
- 5) Possuir mecanismos que permitam o cadastro único para; proprietários, compromissários e sócios, integrado aos aplicativos de “Protocolo, Contabilidade e ISSQN” que garantam a unicidade do cadastro de contribuintes;
- 6) Possuir mecanismos que permitam o zoneamento fiscal imobiliário;



- 7) Possuir mecanismos que permitam a abertura e controle de loteamentos e vilas;
- 8) Possuir mecanismos que permitam efetuar o cadastramento da planta de valores imobiliário do município;
- 9) Possuir mecanismo que permita a atualização da planta de valores do município;
- 10) Possuir mecanismos que permita realizar o backup da planta de valores do município;
- 11) Possuir mecanismos que permita a impressão da planta de valores do município;
- 12) Possuir mecanismos que permita o cadastro das diversas espécies de guias integrado ao aplicativo “DIVERSOS” para emissão de guias para contribuintes;
- 13) Possuir mecanismos que permita a configuração das espécies de guia para se converterem em Dívida Ativa;
- 14) Possuir mecanismos que permita a configuração das espécies de guias para emissão de Certidão Negativa de Débitos;
- 15) Possuir mecanismos que permitam cadastrar as informações dos imóveis de acordo com a legislação municipal;
- 16) Possuir mecanismos que permitam a configuração do valor cobrado no cadastro de informações dos imóveis por valor ou índice da unidade fiscal;
- 17) Possuir mecanismos que permitam cadastrar os tipos de construção de acordo com a legislação municipal;
- 18) Possuir mecanismos que permitam a configuração do valor cobrado no cadastro de construção por valor ou índice da unidade fiscal;
- 19) Possuir mecanismos que permitam o cadastro da pontuação dos imóveis de acordo com a legislação municipal;
- 20) Possuir mecanismos que permitam a configuração do valor cobrado no cadastro de pontuação imobiliária por valor ou índice da unidade fiscal;
- 21) Possuir mecanismos que permitam o cadastro dos Serviços e Taxas a serem cobrados juntamente com o imposto anual;
- 22) Possuir mecanismos que permitam o cadastro de mensagens e justificativas integrado ao aplicativo de “DIVERSOS, ISSQN” para serem utilizadas como padrão de mensagem;
- 23) Possuir mecanismos que permitam o cadastro do imóvel de acordo com o padrão da planta imobiliária do município;
- 24) Possuir mecanismo que gere um código reduzido para o cadastro de imóvel facilitando a consulta no sistema;
- 25) Possuir mecanismos do cadastro de imóveis que controle as alterações de valores venais;
- 26) Possuir mecanismos no cadastro de imóveis que permita a inclusão de proprietário, compromissário e outros proprietários;
- 27) Possuir mecanismos no cadastro de imóveis que permita a inclusão de certidões de acompanhamento nas fases de construção, acréscimos, demolições;
- 28) Possuir mecanismos no cadastro dos imóveis que permita o registro de fiscalizações;



-
- 29) Possuir mecanismos no cadastro dos imóveis que permita a inclusão de observações importantes;
 - 30) Possuir mecanismos no cadastro dos imóveis que permita o lançamento automático do ITBI;
 - 31) Possuir mecanismos no cadastro dos imóveis que permita a transferência de números de inscrição;
 - 32) Possuir mecanismos no cadastro dos imóveis que permita o desmembramento de imóveis;
 - 33) Possuir mecanismos no cadastro dos imóveis que permita o lançamento do ITBI;
 - 34) Possuir mecanismos no cadastro dos imóveis que permita a verificação do valor venal;
 - 35) Possuir mecanismos que possibilite o cálculo do IPTU para todos os imóveis aptos;
 - 36) Possuir mecanismos que possibilite o cálculo do IPTU para um imóvel específico ou para um intervalo de imóveis;
 - 37) Possuir mecanismos que possibilite o recálculo do IPTU para os imóveis que estejam aptos ao recálculo;
 - 38) Possuir mecanismos que possibilite a impressão do imposto calculado em qualquer tempo;
 - 39) Possuir mecanismos que possibilite a emissão da 2ª via dos impostos;
 - 40) Possuir mecanismos de lançamento de TAXAS DIVERSAS para imóveis e contribuintes;
 - 41) Possuir mecanismos que permita efetuar a consulta analítica de todas as parcelas geradas pelo IPTU;
 - 42) Possuir mecanismos que permitam a identificação das espécies para emissão de dívidas diversas;
 - 43) Possuir mecanismos que possibilite a leitura dos arquivos de retorno bancário;
 - 44) Possuir mecanismos que possibilite a baixa automática de dívidas pagas no ato da leitura do arquivo de retorno bancário;
 - 45) Possuir mecanismos que realize os lançamentos contábeis simultaneamente à baixa pela leitura dos arquivos de retorno bancário;
 - 46) Possuir mecanismos que efetue o registro do crédito bancário na conta bancária de forma simultânea à leitura dos arquivos de retorno bancário;
 - 47) Possuir mecanismos que permitam o cancelamento dos recebimentos feitos via recebimento automático;
 - 48) Possuir mecanismos que permitam o estorno da contabilização dos recebimentos cancelados;
 - 49) Possuir mecanismos que permitam o recebimento manual de dívidas;
 - 50) Possuir mecanismos que possibilitem os lançamentos contábeis de dívidas liquidadas manualmente;
 - 51) Possuir mecanismos que possibilite a emissão de dívidas inscritas em dívida ativa para pagamento;
 - 52) Possuir mecanismos que permitam a configuração de leis para parcelamento de dívidas;
 - 53) Possuir mecanismos que permitam o parcelamento de dívida ativa conforme lei municipal configurada;
 - 54) Possuir mecanismos de controle da vigência da lei de parcelamento conforme lei municipal;
 - 55) Possuir mecanismos que permitam o cancelamento de parcelamentos da dívida ativa;
 - 56) Possuir mecanismos que permitam a anulação de dívidas lançadas integrado ao aplicativo de “CONTABILIDADE” que registre os lançamentos de anulação de dívidas;



- 57) Possuir contabilização automática das guias baixadas no ato da baixa;
- 58) Possuir mecanismos que permita identificar as guias emitidas para protesto;
- 59) Possuir mecanismos que permita a inclusão manual de dívidas em dívida ativa;
- 60) Possuir mecanismos de inscrição automática da dívida ativa;
- 61) Possuir mecanismo de anulação automática da dívida ativa;
- 62) Possuir mecanismos de ajuizamento automático de dívidas do IPTU;
- 63) Possuir mecanismos de ajuizamento manual de dívidas do IPTU;
- 64) Possuir mecanismos de ajuizamento automático de dívidas do DIVERSOS;
- 65) Possuir mecanismos de ajuizamento manual de dívidas do DIVERSOS;
- 66) Possuir mecanismos de geração dos livros da dívida inscrita e acumulada do IPTU;
- 67) Possuir mecanismos de geração dos livros da dívida inscrita e acumulada do DIVERSOS;
- 68) Possuir mecanismos que permitam a execução de cancelamento de dívidas por lote de imóvel ou contribuinte;
- 69) Possuir mecanismos de verificação de débitos de proprietários e propriedades na emissão de certidões;
- 70) Possuir mecanismos que possibilitem a geração de relatórios gerenciais de dados de dívidas e pagamentos;
- 71) Possuir mecanismos de que permitam a consulta unificada de dívidas dos tributos municipais por contribuinte;
- 72) Possuir mecanismos que possibilitem à Administração, determinar as permissões de cada usuário dentro da Aplicação;
- 73) Possuir mecanismos que possibilite a exportação do cadastro imobiliário;
- 74) Possuir mecanismos que registrem as principais ações dos usuários dentro da Aplicação, contendo informações como: rotinas em que o usuário efetuou modificações, tabela que foi modificada, chave de acesso à tabela, identificação do usuário, data e hora da modificação, número do IP da máquina que originou a modificação, tipo de operação efetuada (inclusão, alteração, exclusão, etc.) e o conteúdo dos campos.

SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO – ISSQN

Exigências mínimas para este aplicativo - Lotes 01:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) Possuir mecanismos de cadastro único de bairros e logradouros integrado com o aplicativo de “IPTU” para garantir a unicidade do registro;
- 2) Possuir mecanismos que permitam a unificação de cadastros de bairros e logradouros;
- 3) Possuir mecanismos de controle das unidades fiscais do município vinculado ao aplicativo de “IPTU” que permita em qualquer dos aplicativos o cadastro das unidades fiscais;



- 4) Possuir mecanismo vinculado ao aplicativo “IPTU” que possibilite em qualquer dos aplicativos a atualização da cotação das unidades fiscais;
- 5) Possuir mecanismo vinculado ao aplicativo de “IPTU” que permitam em qualquer dos aplicativos o cadastro único para; proprietários, compromissários e sócios que garantam a unicidade do cadastro de contribuintes;
- 6) Possuir mecanismos que permitam o zoneamento fiscal;
- 7) Possuir mecanismos que permitam a abertura e controle de distritos fiscais;
- 8) Possuir mecanismos que permitam efetuar o cadastramento dos tipos de estabelecimento;
- 9) Possuir mecanismo que permita o cadastro de categorias de estabelecimentos configurando o valor a ser lançado para composição dos cálculos dos impostos e taxas;
- 10) Possuir mecanismos que permita a classificação dos estabelecimentos possibilitando a configuração do cadastro para os cálculos;
- 11) Possuir mecanismos que o cadastro das situações do cadastro dos estabelecimentos permitindo a configuração para o cálculo dos impostos e taxas;
- 12) Possuir mecanismos que permita o cadastro dos tipos de recolhimento e dos regimes de recolhimento existentes na lei municipal para configuração do cálculo dos impostos e taxas;
- 13) Possuir mecanismos que permita o cadastro das atividades relacionadas na lei municipal;
- 14) Possuir mecanismos que permita a configuração dos valores e/ou índices das atividades relacionadas na lei municipal para de cálculo dos impostos e taxas;
- 15) Possuir mecanismos que permita o cadastro dos serviços relacionados na lei municipal;
- 16) Possuir mecanismos que permita a configuração dos valores e/ou índices dos serviços relacionados na lei municipal para de cálculo dos impostos e taxas;
- 17) Possuir mecanismos que permitam cadastrar os tipos de taxas de acordo com a legislação municipal para efeito do cálculo dos impostos e taxas;
- 18) Possuir mecanismos que permitam o cadastro dos estabelecimentos de acordo com o padrão fiscal do município;
- 19) Possuir mecanismo que gere um código reduzido para o cadastro do estabelecimento facilitando a consulta no sistema;
- 20) Possuir mecanismos do cadastro de estabelecimento vinculado ao aplicativo de “IPTU” que permita a associação de um imóvel ao estabelecimento;
- 21) Possuir mecanismos no cadastro de estabelecimentos que vincule os dados do Contador;
- 22) Possuir mecanismos no cadastro de estabelecimentos que permita a inclusão de todos os sócios do estabelecimento;
- 23) Possuir mecanismos no cadastro dos estabelecimentos que permita a inclusão de observações importantes;
- 24) Possuir mecanismos no cadastro dos estabelecimentos que permita o lançamento automático das TAXAS de Localização;



-
- 25) Possuir mecanismos no cadastro dos estabelecimentos que permita a emissão das taxas anuais de localização;
 - 26) Possuir mecanismos no cadastro dos estabelecimentos que permita a emissão de alvarás de funcionamento;
 - 27) Possuir mecanismos no cadastro dos estabelecimentos que permita a anulação dos alvarás de funcionamento emitidos;
 - 28) Possuir mecanismos que possibilite o controle de baixa de estabelecimentos;
 - 29) Possuir mecanismos que possibilite a emissão da baixa de estabelecimentos gerando comprovante;
 - 30) Possuir mecanismos que possibilite a emissão de Certidão Negativa de Débitos Municipais para o estabelecimento;
 - 31) Possuir mecanismo vinculado ao aplicativo de “IPTU” que possibilite a baixa automática de dívidas pela leitura do arquivo retorno bancário;
 - 32) Possuir mecanismos vinculados ao aplicativo da “Contabilidade” que registre os lançamentos contábeis das dívidas liquidadas
 - 33) Possuir mecanismos que possibilite o cancelamento dos recebimentos automáticos efetuados pela leitura do arquivo de retorno dos bancos;
 - 34) Possuir mecanismos que possibilite o estorno dos lançamentos contábeis das dívidas liquidadas;
 - 35) Possuir mecanismos que possibilite a baixa manual de dívidas;
 - 36) Possuir mecanismos que possibilite os lançamentos contábeis de dívidas liquidadas manualmente;
 - 37) Possuir mecanismos que possibilite a emissão de Notas Avulsas para contribuintes;
 - 38) Possuir mecanismos que possibilite o cálculo dos valores de impostos gerados pela emissão de notas avulsas;
 - 39) Possuir mecanismos que possibilite a emissão de notas mensais;
 - 40) Possuir mecanismos que possibilite a leitura automática de registros do cadastro do Simples Nacional;
 - 41) Possuir mecanismos que possibilite a leitura automática de registros de pendências do Simples Nacional;
 - 42) Possuir mecanismos que possibilite a importação de arquivos de guias de notas fiscais emitidas em softwares de emissão de Nota Fiscal Eletrônica;
 - 43) Possuir mecanismos de cálculo dos impostos dos contribuintes;
 - 44) Possuir mecanismos de recálculo dos impostos lançados para os contribuintes;
 - 45) Possuir mecanismos que possibilite a emissão da 2ª via dos impostos;
 - 46) Possuir mecanismos que permita efetuar a consulta analítica de todas as parcelas geradas pelo lançamento dos impostos;
 - 47) Possuir mecanismos que possibilite a emissão de dívidas inscritas em dívida ativa para pagamento;
 - 48) Possuir mecanismos que permitam a configuração de leis para parcelamento de dívidas;



-
- 49) Possuir mecanismos que permitam o parcelamento de dívida ativa conforme lei municipal configurada;
 - 50) Possuir mecanismos de controle da vigência da lei de parcelamento conforme lei municipal;
 - 51) Possuir mecanismos que permitam o cancelamento de parcelamentos da dívida ativa;
 - 52) Possuir mecanismos que permitam a anulação de dividas lançadas integrado ao aplicativo de "CONTABILIDADE" que registre os lançamentos de anulação de dividas;
 - 53) Possuir mecanismos que permita identificar as guias emitidas para protesto;
 - 54) Possuir mecanismos que permita a inclusão manual de dividas em dívida ativa;
 - 55) Possuir mecanismos de inscrição automática da dívida ativa;
 - 56) Possuir mecanismo de anulação automática da dívida ativa;
 - 57) Possuir mecanismos de ajuizamento automático de dividas do ISSQN;
 - 58) Possuir mecanismos de ajuizamento manual de dividas do ISSQN;
 - 59) Possuir mecanismos de ajuizamento automático de dividas de TAXAS;
 - 60) Possuir mecanismos de ajuizamento manual de dividas de TAXAS;
 - 61) Possuir mecanismos de geração dos livros da dívida inscrita e acumulada do ISSQN;
 - 62) Possuir mecanismos de geração dos livros da dívida inscrita e acumulada de TAXAS;
 - 63) Possuir mecanismos que permitam a execução de cancelamento de dividas por lote de contribuinte ou estabelecimento;
 - 64) Possuir mecanismos de verificação de débitos de contribuinte se sócios na emissão de certidões;
 - 65) Possuir mecanismos que possibilitem a geração de relatórios gerenciais de dados de dividas e pagamentos;
 - 66) Possuir mecanismos que possibilitem a geração de relatórios gerenciais de dados do cadastro de estabelecimentos e contribuintes;
 - 67) Possuir mecanismos de que permitam a consulta unificada de dividas dos tributos municipais por contribuinte;
 - 68) Possuir mecanismos que possibilitem à Administração, determinar as permissões de cada usuário dentro da Aplicação;
 - 69) Possuir mecanismos que possibilite a exportação do cadastro imobiliário;
 - 70) Possuir mecanismos que registrem as principais ações dos usuários dentro da Aplicação, contendo informações como: rotinas em que o usuário efetuou modificações, tabela que foi modificada, chave de acesso à tabela, identificação do usuário, data e hora da modificação, número do IP da máquina que originou a modificação, tipo de operação efetuada (inclusão, alteração, exclusão, etc.) e o conteúdo dos campos.

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE DADOS:

Exigências mínimas para este aplicativo - Lotes 01 – 02 - 03 e 04:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:



Exportar arquivos para prestação de contas ao TCE/MG através do Projeto SICOM do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

- 1 - Instrumentos de Planejamentos – PPA – LDO – LOA;
- 2 – Acompanhamento Mensal – AM;
- 3 – Balancete Contábil;
- 4 – Folha de Pagamento.
- 5 - Montar arquivos magnéticos de IPTU, para emissão de carnês;
- 6 - Possuir mecanismos que permita a exportação de títulos do IPTU para o Cartório de protesto;
- 7 - Possuir mecanismos que permita a exportação de títulos do ISSQN para o Cartório de protesto;
- 8 - Possuir mecanismos que permita a exportação de títulos do DIVERSOS para o Cartório de protesto;
- 9 - Possuir mecanismos que controle o fluxo de títulos protestados;
- 10 - Possuir mecanismos que permita o cancelamento do envio de títulos protestados;

SISTEMA DE PROTOCOLO DE DOCUMENTOS:

Exigências mínimas para este aplicativo - Lotes 01 e 04:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) Protocolar toda a solicitações dirigidas à administração pública, oriunda de qualquer fonte, cadastrando por tipos de processo, com a documentação necessária;
- 2) Permitir o controle de prazos de arquivamento dos processos;
- 3) Permitir a visualização do percurso das solicitações protocoladas e a informação do tempo de trâmite em cada secretaria;
- 4) Permitir a emissão de etiquetas com o número do processo aberto, assunto do mesmo, a data e o nome do solicitante;
- 5) Controlar tabelas de valores de taxas que precisem ser cobradas no trâmite do processo;
- 6) Permitir arquivo de processos, principalmente na fase de finalização;
- 7) Permitir integração com os Aplicativos da Tributação, para processos que envolvam solicitações de informações sobre bens imóveis, por exemplo;
- 8) Permitir consultas relativas ao andamento de um determinado processo, utilizando-se de várias formas de pesquisa;
- 9) Permitir um gerenciamento dos processos, em qualquer fase em que eles estejam, de tal maneira que se consiga localizá-los e obter as suas situações, a qualquer instante;
- 10) Possibilitar a emissão de comprovantes de encaminhamento, na abertura de uma solicitação protocolada;
- 11) Permitir imprimir Alvarás de diferentes naturezas, com toda segurança e confiabilidade;
- 12) Possibilitar encaminhamento de processos por vários caminhos de entrada, ou ainda centralizado;
- 13) Manter histórico de cada processo, para futuras referências;
- 14) Permitir consultar e imprimir processos que já estejam arquivados;



- 15) Permitir fazer comentários, e/ou observações, relativos a um processo qualquer e que constem do nome e setor dos responsáveis, assim como a data;
- 16) Cadastrar de forma ordinária e parametrizada, toda e qualquer solicitação;

SISTEMA DE CONTROLE DE APLICATIVOS E PERMISSÕES DE USUÁRIOS:

Exigências mínimas para este aplicativo - Lotes 01 – 02 - 03 e 04:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) Permitir controlar os tipos de acesso que um usuário pode fazer dentro das Aplicações, como "Incluir", "Excluir", "Alterar" e "Excluir", dentre outros;
- 2) Identificar cada usuário dentro de um Grupo, permitindo assim um controle mais refinado do nível de acesso que ele pode ter numa Aplicação;
- 3) Identificar um usuário através de um nome de acesso e um código numérico, facilitando uma pesquisa no Cadastro;
- 4) Permitir consultas num Cadastro de todos os Formulários do Sistema hospedeiro;
- 5) Permitir consultas no Cadastro do Sistema hospedeiro, através dos nomes e dos códigos dos Usuários;
- 6) Permitir consultas a arquivos de registros de Segurança do Sistema hospedeiro;
- 7) Permitir fazer consultas e manutenções num Cadastro de Versões das Aplicações, indicando também o Status das mesmas. Por aqui se deve verificar qual é a última Versão em que uma Aplicação se encontra;
- 8) Permitir o controle dos endereçamentos dos Bancos de Dados da Entidade hospedeira e dos endereçamentos das Aplicações;
- 9) Permitir o controle dos níveis de atualização dos Bancos de Dados, utilizados pelas Aplicações. Por aqui se deve conseguir saber qual o nível de atualização do Banco de Dados para uma determinada Aplicação;
- 10) Permitir controlar todas as estações de trabalho que acessam o Sistema hospedeiro, abrindo qualquer Aplicação, através dos nomes delas e de um código numérico;
- 11) Permitir o controle de acessos às Aplicações através dos nomes das estações de trabalho: qual máquina pode acessar o quê;
- 12) Permitir o Gerenciamento de Usuário através de janelas com botões "Incluir", "Alterar", alteração de "Senha" e "Inativar", para tirar um usuário da ativa.

SISTEMA DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES:

Exigências mínimas para este aplicativo - Lotes 01 – 02 - 03 e 04:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Permitir tranquilidade nas atualizações das Aplicações, bastando colocá-lo no ar para que se tenha a última versão de uma determinada Aplicação, através de sincronismos nas execuções de rotinas que permitam isto;



- 2) - Executar com precisão a sua função de Atualização, tomando como base um arquivo de controle, onde ele pode buscar os registros das novas versões a serem atualizadas;
- 3) - Permitir que se abra, automaticamente, uma conexão remota, que ligue a Entidade onde ele está executando, com o ambiente central de desenvolvimento de programas, quando este for o caso, onde ele possa ler o arquivo de controle e buscar a última versão do Executável, a qual ele deve colocar no ambiente da Entidade;
- 4) - Permitir que se guarde uma cópia de segurança do Executável que está no “Servidor” e que vai ser substituído, como retaguarda, para o caso de uma finalização indesejada;
- 5) - Permitir atualizar o Banco de Dados, guardando o número da nova versão que foi atualizada. Assim ele pode permitir que cada estação de trabalho que abrir aquela Aplicação possa ter a mesma atualizada, neste momento, em seu ambiente;
- 6) - Permitir atualizar quantas Aplicações forem necessárias, numa mesma execução, sempre tomando como base o arquivo de controle;
- 7) - Mostrar mensagens das etapas dos processamentos, indicando cada fase que se encontra em andamento, na Atualização.

SISTEMA DE CONTROLE DE FROTAS:

Exigências mínimas para este aplicativo - Lotes 01 e 04:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Permitir o cadastramento de todas as máquinas e veículos da frota municipal;
- 2) - Permitir o gerenciamento da quilometragem e abastecimento da frota;
- 3) - Permitir o gerenciamento da documentação dos veículos, dos seguros obrigatórios e dos facultativos;
- 4) - Permitir o controle do abastecimento em postos internos e externos;
- 5) - Permitir o cadastramento de condutores e documentação;
- 6) - Fazer a integração com o Aplicativo de “Patrimônio”, para o registro dos bens patrimoniais;
- 7) - Permitir a emissão de relatórios de abastecimentos, por unidade orçamentária;
- 8) - Permitir a emissão de relatórios de requisições baixadas;
- 9) - Permitir o gerenciamento de infrações de trânsito;
- 10) – Possuir mecanismos para liquidação de empenhos;
- 11) – Possuir mecanismos para controle de quantidade de combustíveis de acordo com cada empenho emitido.

SISTEMA DE CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS:

Exigências mínimas para este aplicativo - Lotes 01 – e 04:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) Possuir mecanismos para cadastro e atualização da árvore administrativa de localizações patrimoniais;



- 2) Possuir mecanismo integrado ao aplicativo de “COMPRAS” que permita incorporação dos bens móveis ou imóveis automaticamente;
- 3) Possuir mecanismos que permitam cadastrar bens móveis ou imóveis independentes da execução orçamentária;
- 4) Possuir mecanismo que gere automaticamente a sequência de plaquetas dos bens integrados;
- 5) Possuir mecanismo que permita a digitação do número da plaqueta do bem patrimonial incorporado;
- 6) Possuir mecanismos que possibilite a classificação do bem de acordo com a tabela do plano PCASP;
- 7) Possuir mecanismo que permita o cadastro dos membros da portaria para avaliação de bens;
- 8) Possuir mecanismo integrado ao aplicativo de “CONTABILIDADE” que permita a avaliação de bens patrimoniais;
- 9) Possuir mecanismo integrado ao aplicativo de “CONTABILIDADE” que permita a depreciação de bens patrimoniais;
- 10) Possuir mecanismo integrado ao aplicativo de “CONTABILIDADE” que permita a baixa de bens desincorporados;
- 11) Possuir mecanismos que permitam a transferência e empréstimo de bens entre setores;
- 12) Possuir mecanismos que permitam a identificação de bens transferidos para outros setores;
- 13) Possuir mecanismo integrado ao aplicativo de “COMPRAS” que controle no ambiente de Patrimônio o cancelamento de liquidações com itens patrimoniais;
- 14) Possuir mecanismos de emissão de relatórios gerenciais para verificação de bens incorporados e desincorporados;
- 15) Possuir mecanismos de emissão de relatórios gerenciais para verificação de bens por localização;
- 16) Possuir mecanismos para emissão de termo de responsabilidade sobre os bens patrimoniais;
- 17) Possuir mecanismos para emissão do inventário geral patrimonial;
- 18) Possuir mecanismo integrado ao aplicativo de “FROTAS” para emissão de relatório de bens de natureza veículos, máquinas e equipamentos;
- 19) Possuir mecanismos que registrem as principais ações dos usuários dentro da Aplicação, contendo informações como: rotinas em que o usuário efetuou modificações, tabela que foi modificada, chave de acesso à tabela, identificação do usuário, data e hora da modificação, número do IP da máquina que originou a modificação, tipo de operação efetuada (inclusão, alteração, exclusão, etc.) e o conteúdo dos campos).

SISTEMA DE CONTROLE INTEGRADO DE ACESSOS:

Exigências mínimas para este aplicativo - Lotes 01 – 02 - 03 e 04:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Ser a única via de acesso a qualquer Aplicação integrante do Sistema, o que permite segurança total de que não haverá acesso indevido a alguma Aplicação;
- 2) - Possuir um mecanismo de busca de todos os Bancos de Dados que o usuário poderá acessar na sua execução e colocá-los numa lista de escolha, na sua janela;



- 3) - Checar, no Banco de Dados, o nome, a senha e a data de expiração da senha do usuário que vai abrir uma Aplicação;
- 4) - Abrir uma lista com os nomes das Aplicações que o usuário poderá acessar, depois de checadas as suas condições iniciais;
- 5) - Permitir que o usuário abra quantas Aplicações ele precisar, uma a uma, sem que ele tenha que abrir novamente este Módulo;
- 6) - Checar no Banco de Dados, a última versão atualizada da Aplicação que o usuário pediu, antes de abri-la;
- 7) - Atualizar a versão local da Aplicação, na estação de trabalho do usuário, se a versão registrada no Banco de Dados, estiver atualizada, em relação a ela, para que o usuário tenha sempre a última versão atualizada da Aplicação;
- 8) - Permitir que se abra, automaticamente, uma conexão remota, que ligue a estação de trabalho do usuário com o Servidor, onde este Módulo deverá buscar a última versão da Aplicação, que o usuário quer abrir;
- 9) - Emitir mensagem de aviso ao usuário, informando o motivo de não abrir a Aplicação que ele quer acessar, quando as condições iniciais não forem atendidas;
- 10) - Controlar para que, quando o usuário quiser abrir uma outra Aplicação, logo após a primeira, sem fechar este Módulo, a lista com os nomes das Aplicações fique desabilitada e seja exigida a senha novamente;
- 11) - Checar se a sua versão foi atualizada no Banco de Dados;
- 12) - Possuir um mecanismo de auto atualização para quando a sua versão estiver atualizada no Banco de Dados, de tal maneira que, ele abra a Aplicação que o usuário pediu e saia do ar passando o controle para uns programas atualizadores, que deve residir no mesmo endereço dele;
- 13) - Permitir que o seu programa atualizador atualize a sua nova versão, na estação de trabalho que o usuário está utilizando e devolva o controle para esta sua nova versão, abrindo a sua janela minimizada, com os mesmos dados, do usuário, que existiam na janela da versão anterior;

SISTEMA DE BACKUP E RESTORE:

Exigências mínimas para este aplicativo - Lotes 01 – 02 - 03 e 04:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Fazer um gerenciamento extenso de erros, gerando mensagens que serão enviadas para a console do *Sistema* e, em casos de riscos que possam provocar uma interrupção da execução, o *Módulo "BACKUP"*, deve enviar também mensagens para um endereço de "e-mail", o qual a própria "Entidade" deve fornecer. Ele deve fazer cálculos do espaço em disco disponível pra ele trabalhar e, quando detectar que vai faltar espaço, deve enviar as mensagens para o "e-mail" fornecido. Em caso de impossibilidade da execução do *"BACKUP"* com sucesso, ele deve enviar mensagem para toda a rede da instalação, informando que houve falha na execução do *Módulo*.



- 2) - O Módulo **"MANUTENÇÃO"** deve permitir fazer verificações periódicas na *"Base de Dados"* mantendo uma constante observação do estado de *"saúde"* da mesma, identificando erros que possam existir e que possam trazer problemas de todo tipo no futuro. Erros mais simples, o próprio Módulo deve recuperá-los, mas quando forem mais graves ele deve gerar um arquivo com o tipo do erro e sua quantidade.
- 3) - O Módulo **"RESTORE"** deve permitir, com simplicidade, restaurar uma *Cópia de Segurança* da *Base de Dados* que, por algum motivo, tenha ficado corrompida. Ele deve fazer isto com segurança tal que não seja possível corromper a *Base* que está no ar, em funcionamento, mesmo que se execute o Módulo na mesma pasta em que ela está. O Módulo deve gerar um arquivo de *"Log"*, com a descrição de cada passo do procedimento, permitindo que se verifique a ocorrência de erros durante a execução. No final da execução ele deve informar, na própria janela, o horário de início e final do processo, incluindo ainda o tempo de duração total do mesmo.
- 4) - O Módulo **"BACKUP"** deverá ainda fazer controle de datas de execuções. Para isto, ele deverá guardar no *"Banco de Dados"*, a data da execução que ele está realizando e sempre checar a data anterior, pra identificar se o *"Sistema"* está sem *"Cópias de Segurança"*.
- 5) – Trabalhar com a utilização de um *arquivo de controle* aonde ele busca várias das informações de que ele precisa. Aí devem estar registrados os endereços de *"e-mails"* do *Cliente* para atender a necessidade de envio das mensagens de erros ocorridos, além dos endereços de *Destinos*, aonde ele deve guardar cópias do arquivo de *"Backup"* gerado.
- 6) - O Módulo **"RESTORE"** deve gerar um arquivo de *"Log"* com todas as informações da máquina que o executou, além de enviar um *"e-mail"* para um endereço determinado, com o mesmo arquivo de *"Log"*.
- a7) - O Módulo **"RESTORE"** deve identificar a *"Cópia de Segurança"* gerada, com o seu *"Nome"* original, seguido da *"Data"* da execução no formato "DDMMAAAA" e do horário no formato "HHMMSS". O arquivo de *"Log"* deve conter a *"Data"* e o horário no mesmo formato.
- 8) - O Módulo **"BACKUP"** deve avisar o responsável, local, pelo *Gerenciamento da Base de Dados* com quinze dias de antecedência, sobre a possibilidade de faltar espaço em disco para suas execuções futuras.
- 9) - O Módulo **"MANUTENÇÃO"** deve gerar um arquivo de *"Log"* com as informações dos erros encontrados: as suas identificações e as suas quantidades. Mesmo que ele não encontre erros na *"Base de Dados"*, ele deve gerar este arquivo com conteúdo em branco.
- 10) – Poder ser executado em qualquer endereço.

SISTEMA DE CONTROLE DE APLICATIVOS E PERMISSÕES DE USUÁRIOS PARA ASSINATURA DIGITAL:

Exigências mínimas para este aplicativo - Lotes 01 – e 04:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:



1) Possuir tecnologia que permita a utilização de *TOKEN e*-CPF e e-CNPJ emitido por qualquer Autoridade Certificadora, sendo necessária a assinatura dos documentos produzidos em:

- 1.1 Requisição
- 1.2 Solicitação;
- 1.3 Autorização de Fornecimento de compras;
- 1.4 Nota de Empenho;
- 1.5 Nota de Liquidação de Despesa;
- 1.6 Nota de Autorização de Pagamento;
- 1.7 Balancete das Receitas;
- 1.8 Balancete das Despesas;
- 1.9 Balanços – Orçamentário, Financeiro e Patrimonial.

2) Possuir mecanismos que permitam definir o Usuário proprietário do *Token* e sua parametrização de acordo com o cargo e/ou vínculo com a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo.

3) Possuir mecanismos que permitam identificar o responsável pela utilização do *Token*, gravando o nome e o número de registro perante a Autoridade Certificadora.

4) Possuir mecanismos que permitam a vinculação do *Token* e a sua vinculação com cada documento a ser assinado;

5) Possuir controle de documentos assinados digitalmente;

6) Possuir mecanismos que permitam cadastrar os tipos de documentos que serão assinados digitalmente;

7) Possuir mecanismos que permitam cadastrar e definir os responsáveis e a sequência de assinatura para cada documento;

8) Possuir mecanismos que permitam efetuar ainda as seguintes configurações, parametrizações e controles:

- 8.1 - Controle de usuários *e-tokens*;
- 8.2- Cadastro do usuário liberado para assinar um tipo ou tipos de documento;
- 8.3- Registro dos *e-tokens* autorizados e configurados para cada usuário e tipo de assinatura;
- 8.4- Controle de documentos assinados digitalmente;
- 8.5- Cadastro dos tipos de documentos que serão assinados digitalmente;
- 8.6- Cadastro do tipo de assinante: Ordenador, Contador, Almoxarife, Controlador Interno;

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTOS – PPA – LDO - LOA

Exigências mínimas para este aplicativo.

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Possuir mecanismos que permite efetuar a inclusão das receitas para cada um dos quatro anuênios em do PPA em elaboração.
- 2) - Possuir mecanismos que permite efetuar a transposição em percentual sobre o primeiro ano para o segundo das receitas e assim para os demais subsequentes.



- 3) - Possuir mecanismos que permite efetuar a inclusão dos programas de governo com suas respectivas descrições, objetivos, justificativas.
- 4) - Possuir mecanismos que permite efetuar a inclusão dos projetos/atividades dentro de cada programa de governo com suas respectivas descrições, finalidades, produtos, meta física, unidades de medida e indicadores para cada um dos quatro anos do PPA em elaboração.
- 5) - Possuir mecanismos que permite efetuar a inclusão/exclusão/alteração das fichas da despesa para cada um dos quatro anos.
- 6) - Possuir mecanismos que permite efetuar a emissão dos relatórios do PPA.
- 7) - Possuir mecanismos que permite efetuar o atendimento Pleno dos arquivos de Instrumento de Planejamento (IP) do SICOM – TCE-MG

SISTEMA CONTROLE INTEGRADO DE ACESSOS”:

Exigências mínimas para este aplicativo - Lotes 01 – e 04:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Ser a única via de acesso a qualquer Aplicação integrante do Sistema, o que permite segurança total de que não haverá acesso indevido a alguma Aplicação;
- 2) - Possuir um mecanismo de busca de todos os Bancos de Dados que o usuário poderá acessar na sua execução e colocá-los numa lista de escolha, na sua janela;
- 3) - Checar, no Banco de Dados, o nome, a senha e a data de expiração da senha do usuário que vai abrir uma Aplicação;
- 4) - Abrir uma lista com os nomes das Aplicações que o usuário poderá acessar, depois de checadas as suas condições iniciais;
- 5) - Permitir que o usuário abra quantas Aplicações ele precisar, uma a uma, sem que ele tenha que abrir novamente este Módulo;
- 6) - Checar no Banco de Dados, a última versão atualizada da Aplicação que o usuário pediu, antes de abri-la;
- 7) - Atualizar a versão local da Aplicação, na estação de trabalho do usuário, se a versão registrada no Banco de Dados, estiver atualizada, em relação a ela, para que o usuário tenha sempre a última versão atualizada da Aplicação;
- 8) - Permitir que se abra, automaticamente, uma conexão remota, que ligue a estação de trabalho do usuário com o Servidor, onde este Módulo deverá buscar a última versão da Aplicação, que o usuário quer abrir;
- 9) - Emitir mensagem de aviso ao usuário, informando o motivo de não abrir a Aplicação que ele quer acessar, quando as condições iniciais não forem atendidas;
- 10) - Controlar para que, quando o usuário quiser abrir uma outra Aplicação, logo após a primeira, sem fechar este Módulo, a lista com os nomes das Aplicações fique desabilitada e seja exigida a senha novamente;
- 11) - Checar se a sua versão foi atualizada no Banco de Dados;



12) - Possuir um mecanismo de auto atualização para quando a sua versão estiver atualizada no Banco de Dados, de tal maneira que, ele abra a Aplicação que o usuário pediu e saia do ar passando o controle para uns programas atualizadores, que deve residir no mesmo endereço dele;

13) - Permitir que o seu programa atualizador atualize a sua nova versão, na estação de trabalho que o usuário está utilizando e devolva o controle para esta sua nova versão, abrindo a sua janela minimizada, com os mesmos dados, do usuário, que existiam na janela da versão anterior;

SISTEMA DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Exigências mínimas para este aplicativo - Lotes 01 – e 04:

Este Módulo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1 - Possuir mecanismos que permitam a consulta por Receita orçada;
 - 2 - Possuir mecanismos que permitam a consulta por Receita arrecadada por intervalo de período;
 - 3 - Possuir mecanismos que permitam a consulta por Receita arrecadada pela descrição da receita;
 - 4 - Possuir mecanismos que permitam a consulta do detalhamento da receita;
 - 5 - Possuir mecanismos que permitam a consulta por Receita arrecadada acumulada;
 - 6 - Possuir mecanismos que permitam a consulta por Receita arrecadada atualizada;
- Detalhamento da Receita Extra Orçamentária por:
- 7 - Possuir mecanismos que permitam a consulta por Receita orçada;
 - 8 - Possuir mecanismos que permitam a consulta por Receita arrecadada por intervalo de período;
 - 9 - Possuir mecanismos que permitam a consulta de pessoal pelos níveis salariais;
 - 10 - Possuir mecanismos que permitam a consulta de pessoal por função;
 - 11 - Possuir mecanismos que permitam a consulta de pessoal pelo tipo de contrato de servidores;
 - 12 - Possuir mecanismos que permitam a consulta de pessoal pela situação do contrato de servidores;
 - 13 - Possuir mecanismos que permitam a consulta de pessoal pela remuneração dos servidores;
 - 14 - Possuir mecanismos que permitam a consulta de pessoal pela remuneração dos servidores por intervalo de período;
 - 15 - Possuir mecanismos que permitam a consulta de pessoal pela remuneração dos servidores por tipo de remuneração;
 - 16 - Possuir mecanismos que permitam a consulta de pessoal pela remuneração dos servidores pelo nome do servidor;
 - 17 - Possuir mecanismos que permitam a consulta da despesa com pessoal por exercício;
 - 18 - Possuir mecanismos que permitam a consulta do Plano Plurianual – PPA;
 - 19 - Possuir mecanismos que permitam a consulta do Plano Plurianual por Órgão;
 - 20 - Possuir mecanismos que permitam a consulta do Plano Plurianual por Programas;
 - 21 - Possuir mecanismos que permitam a consulta da Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO;
 - 22 - Possuir mecanismos que permitam a consulta dos Riscos Fiscais da Administração Direta por exercício;



- 23- Possuir mecanismos que permitam a consulta das Metas Bimestrais da Administração Direta por exercício;
- 24- Possuir mecanismos que permitam a consulta das Metas Fiscais da Administração Direta por exercício;
- 25- Possuir mecanismos que permitam a consulta da Lei Orçamentária Anual -LOA;
- 26- Possuir mecanismos que permitam a consulta do Demonstrativo da Receita Orçada por fonte de recurso por exercício;
- 27- Possuir mecanismos que permitam a consulta do Quadro de Detalhamento da Despesa por exercício;
- 28- Possuir mecanismos que permitam a consulta do Quadro de Detalhamento da Receita por exercício;
- 29- Possuir mecanismos que permitam a consulta das Prestações de Contas disponíveis no Tribunal de Contas do Estado por meio de redirecionamento de consulta;
- 30- Possuir mecanismos que permitam a consulta do Balanço Orçamentário Simplificado por exercício;
- 31- Possuir mecanismos que permitam a consulta do Balanço Orçamentário por bimestre;
- 32- Possuir mecanismos que permitam a consulta da Despesa por Função/Subfunção por período;
- 33- Possuir mecanismos que permitam a consulta dos Limites Constitucionais Anuais do MDE/Saude por período;
- 34- Possuir mecanismos que permitam a consulta dos Relatórios de Gestão Fiscal por intervalo de período;
- 35- Possuir mecanismos que permitam a consulta do Balancete das Receitas por período;
- 36 - Possuir mecanismos que permitam a consulta do Balancete das Receitas pela descrição da receita;
- 37- Possuir mecanismos que permitam visualização do detalhamento da Receita;
- 38- Possuir mecanismos que permitam a consulta do Balancete das Despesas por intervalo de período;
- 39- Possuir mecanismos que permitam a consulta do Balancete das Despesas por intervalo de período e órgão.

SISTEMA DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA:

Exigências mínimas para este aplicativo - Lote 01:

Este Módulo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

Administração Sistema - Geral

- 1 - Possibilitar o cadastro de Unidades de Saúde;
- 2 – Possibilitar o cadastro de profissionais, ruas, bairros e outros que servem de apoio ao uso do Sistema
- 3 – Possibilitar o cadastro dos vínculos de profissionais com as Unidades de Saúde com definição da atividade que desempenhará.

Controle do Registro da Produção das Unidades.

- 1 – Possuir relatórios e listagens de apoio referentes aos cadastros efetuados.



- 2 – Possuir mecanismo de gerenciamento de acesso de operadores que irão utilizar o sistema de gestão de saúde
- 3 - Possibilitar ao administrador do sistema determinar o nível de acesso de cada operador e as respectivas permissões.
- 4 - Possibilitar ao administrador definir Nome e Senha de Acesso.
- 5 - Possibilitar a cada operador do Sistema a efetuar a troca de sua Senha de acesso.
- 6 - Dispor de meios de ajuda *Online* quando necessário.
- 7 - Dispor de mecanismo para pesquisa e tratamento de duplicidade de cadastro de usuário do SUS, incluindo mecanismo que permita a qualquer operador da rede notificar a duplicidade ao Administrador do Sistema para as devidas providências.

FATURAMENTO

- 1 – Possuir ferramentas para consolidação da produção das unidades:
- 2 – Possibilitar o registro administrativo da produção das Unidades de Saúde.
- 3 – Possuir o fechamento de produção mensal.
- 4 - Geração de arquivo de exportação para SIA/BPA conforme padrão do ministério da saúde (individual e consolidado).
- 5 – Possuir relatórios para conferência do faturamento

EXPORTADOR E-SUS

- 1 – Possuir ferramenta integrada ao sistema que possibilita a geração de arquivos de produção das unidades básicas de saúde:
- 2 – Efetuar a geração dos arquivos de exportação para o sistema E-SUS (Fichas de Cadastro Individual a saber:
 - 2.1- Atendimento Odontológico
 - 2.2 – Procedimentos
 - 2.3 - Cadastro Domiciliar e Territorial
 - 2.4 - Atividade Coletiva
 - 2.5 - Visita Domiciliar e Territorial;
 - 2.6 - Atendimento Individual;
 - 2.7 – Vacinação;
 - 2.8 - Marcadores de Consumo Alimentar

Observação: – Todos os arquivos deverão estar de acordo com Layout de exportação orientado pelo Ministério da Saúde).

Coordenação

- 1 - Ferramentas de Relatórios e listagens objetivando disponibilizar informações às coordenações:
 - 1.1 -Disponível para uso da Coordenação/Secretário (a) de Saúde.
 - 1.2 - Dispor de Relatórios de Morbidade, Produção e Atendimento.



1.3 - Dispor de Relatórios de Demanda por Procedimentos especializados que permitam avaliar a Demanda de Procedimentos por Profissional

1.3.1 - Unidade por Profissional individualmente

1.3.2 - Por Usuário do SUS.

2 - Dispor de Relatórios de Demanda por Medicamentos.

3 - Dispor de Relatórios de Consumo de Materiais por Unidades.

4 - Dispor de extrato do Usuário SUS com Dados de Agendas.

ADMINISTRAÇÃO DE CADASTROS EM GERAL

1 – Possibilitar cadastrar e determinar a estrutura geral mínima e os recursos disponíveis para os principais cadastros necessários ao Sistema.

Cadastro do Usuário SUS

1 - Deve permitir a inclusão e manutenção de cadastro do Usuário SUS com informações básicas, objetivando permitir atender as necessidades diárias, independentemente de haver todos os dados exigidos pelo CADUS.

2 - Deve permitir o cadastro dos seguintes dados:

2.1- Matrícula municipal (prontuário);

2.2 - Número do Cartão Nacional de Saúde (CNS);

2.3 - Data de nascimento;

2.4 – Sexo;

2.5 – Cadastro de pessoa física - CPF;

2.6 - Cédula de identidade

2.7 - Raça/cor (de. MS);

2.8 - Escolaridade (de. MS);

2.9 - Nome da Mãe;

2.10 - Números de telefone, endereço, número da casa, bairro, complemento, cidade.

3 - Dispor de mecanismo para tratamento de cadastros duplicados, que permita a fusão de todos os dados registrados no sistema para o cadastro indicado como correto, notificados por:

3.1 - Sistema administrativo de localização de cadastros duplicados;

3.2 - Sistema de notificação de cadastros duplicados disponível a qualquer tempo, para todos os módulos do sistema, que permita ao operador notificar sempre que perceber a existência de um cadastro duplicado.

4 - Todos os módulos do sistema devem permitir a pesquisa de cadastros de Usuários SUS por nome, parte do nome, nome da mãe ou prontuário.

Cadastro de Unidades

1 - Deve permitir a inclusão e manutenção de cadastro de unidades de saúde, identificando:

1.1- Nome completo;

1.2- Nome simplificado;

1.3- Sigla;



- 1.4- Matrícula CNES, identificação de unidade própria;
- 1.5- CNPJ, Endereço, número, bairro, CEP, complemento, Cidade, UF, e-mail, telefone e fax;
- 2 - Deve permitir vincular profissionais e a respectiva atividade que desenvolve na mesma unidade.
- 3 - Deve permitir o cadastro de feriados ou pontos facultativos a que a unidade está sujeita.

Cadastro de Profissionais

1 - Deve permitir a inclusão e manutenção de cadastro de Profissionais de Saúde e Administrativos da Secretaria, identificando:

- 1.1 Nome;
- 1.2 Nome completo;
- 1.3 Matrícula Funcional;
- 1.4 Data Nascimento;
- 1.5 Sexo;
- 1.6 CPF, RG, CNS, Conselho, Número de Registro no respectivo Conselho e título, endereço, número da casa, complemento, bairro, cidade, UF, telefone, Fax, Celular, e-mail.

UNIDADES DE SAÚDE

- 1 – Possuir ferramentas de apoio ao funcionamento da unidade de saúde:
- 2 - Atendimento de pacientes em unidades de saúde:
 - 2.1 - Geral Processos de atendimento ao Paciente, comum a qualquer tipo de unidade de saúde.
 - 2.2 - Inclusão de cadastro de novos Usuários SUS, conforme padrões para cadastros definido no item 2 – Administração de Cadastros – Geral.
 - 2.3 - Atualização de dados cadastrais de Usuários SUS já existentes no Banco de Dados, conforme padrões para cadastros definido no item 2 - Administração de Cadastros - Geral.
 - 2.4 - Todas as alterações no cadastro do paciente devem gravar um log de transação.
- Recepção de Usuários SUS com identificação do Profissional ou Plantonista, Data e Hora.
- 3 – Efetuar a recepção de usuários SUS a partir da agenda do profissional ou por procura direta.
- 4 – Efetuar a recepção dos usuários SUS com registro do número do prontuário.
- 5 – Possibilitar a impressão da ficha de atendimento ambulatorial para registro de dados.

Atendimento de pacientes em unidades de Pronto Atendimento (Pronto Socorro).

- 1 – Possuir funcionalidades esperadas para estruturação de atendimento de pacientes em unidades de pronto atendimento objetivando humanizar o processo de atendimento:
 - 1.1 - Recepção de Usuários SUS com Registro indicador de prioridade do Paciente ao Acolhimento (Priorizado Não Priorizado).
 - 1.2 - Recepção de Usuários SUS com Registro de Condição importante do Paciente (itens cadastráveis).
 - 1.3 - Recepção de Usuários SUS com Registro de Detalhes sobre a condição do Paciente.
 - 1.4 - Recepção de Usuários SUS com Registro de Informações sobre onde o paciente está alocado (local o qual está recebendo atendimento ou internado).



1.5 – Possibilitar o acolhimento e classificação de risco do paciente com sala de espera virtual com segmentação de pacientes priorizados e não priorizados na recepção.

1.6 – Possibilitar o acolhimento e classificação de risco do paciente com sala de espera virtual com destaque para pacientes com idade superior a 60 anos, inferior a 2 anos, gestantes e pacientes com deficiência.

1.7 – Possibilitar o acolhimento e classificação de risco do paciente com tela para registro dos dados resultantes do acolhimento (História descrição, medicamentos em uso, prova do laço, pressão arterial, pulso, temperatura, frequência respiratória, peso, saturação de oxigênio, glasgow, nível de consciência, história passada, itens cadastráveis), com a respectiva queixa do paciente traduzida em cores, conforme gravidade (vermelho, amarelo, verde e azul).

2 – Possibilitar efetuar registro dos atendimentos realizados por paciente com características de atendimento multidisciplinar, devendo ser possível:

2.1 - Cadastrar os Procedimentos SUS que serão possíveis de serem executados na unidade;

2.2 - Registrar cada um dos procedimentos realizados por profissionais de saúde que atenderam o paciente durante sua estada na unidade, identificando sempre a data, hora, procedimento e o profissional que o executou;

3 - Internação (Histórico do paciente com a evolução diária feita pelos profissionais de saúde que atenderam o paciente durante a sua permanência na unidade, identificando sempre data, hora, procedimento, exames, medicamentos e profissionais que acompanharam o paciente durante a internação).

Atendimento de pacientes em unidades CAPS (RAAS)

1 – Possuir funcionalidades esperadas para estruturação de atendimento de pacientes em unidades CAPS – Centro de Apoio Psicossocial:

1.1 - Recepcionar pacientes agendados ou de procura espontânea identificando data e hora e emitindo formulário de registro de atendimento multidisciplinar que permita identificar profissionais e procedimentos realizados.

1.2 - Incluir e editar plano terapêutico, controlando automaticamente laudos anteriores porventura existentes.

2 - Registrar os atendimentos realizados por paciente com características de atendimento multidisciplinar, devendo ser possível:

2.1 - Cadastrar os Procedimentos SUS que serão possíveis de serem executados na unidade;

2.2 - Registrar cada um dos procedimentos realizados por profissionais de saúde que atenderam o paciente durante sua estada na unidade, identificando sempre a data, hora, procedimento e o profissional que o executou;

Gerar faturamento BPA para atendimentos.



Agenda da Unidade de Saúde

- 1 - Possuir funcionalidades esperadas para a estruturação de atendimento ao paciente a partir da agenda da unidade:
 - 1.1 - Criação de Horários de Atendimento por Profissional (com ou sem hora marcada) e Atividade Profissional considerando feriados fixos e móveis.
 - 1.2 - Manutenção de Horários de Atendimento de determinado Profissional.
 - 1.3 - Obtenção de Tela/Impresso da Agenda do Profissional por Data.
- 2 - Possibilidade de Pesquisa de Horários marcados de determinado Usuário SUS.
- 3 - Possibilidade de marcar atendimentos com Horário definido ou contínuo (com ou sem hora marcada).
- 4 - Permitir o agendamento de múltiplas datas para o paciente para atendimentos programados.

Agenda de Eventos

- 1 - Agenda de eventos deve permitir a estruturação de agenda para administrar eventos compartilhando vagas entre unidades de saúde:
 - 1.1 - Definição de Eventos por Unidade administradora.
 - 1.2 - Definição de Unidades participantes por Evento.
 - 1.3 - Criação de Horários de participação em determinado evento.
- 2 - Obtenção de Tela/Impresso da Agenda de Eventos por Data.

Saída do Paciente

- 1 – Possibilitar os registros necessários, quando for o caso, vinculados a conclusão do atendimento na unidade:
 - 1.2 - Registro dos dados de atendimentos realizados por auxiliares e técnicos de enfermagem e outros profissionais de nível superior.
 - 1.3 - Registro dos dados de atendimentos realizados por odontólogos e técnicos em higiene bucal.
 - 1.4 - Registro dos dados de atendimentos realizados por médicos.
 - 1.5 - Registro dos dados de atendimento com encaminhamentos a especialidades.
- 2 – Possibilitar marcar consulta em especialidades médicas com controle de horários já marcados.
- 3 – Possibilitar marcar consulta em especialidades médicas, no caso de não ser possível agendar, colocar o paciente em lista de espera controlada por ordem de entrada.

Outros Registros

- 1 - Registro de dados sobre procedimentos coletivos realizados nas Unidades de Saúde.
- 2 - Registro de notificação de agravos notificáveis.

Gerência e Controle

- 1 - Recursos para gerenciamento e controle aplicável a qualquer tipo de unidade:
 - 1.1 – Possuir tela para consulta da situação do encaminhamento de determinado paciente ao especialista, apresentando a situação na Fila de Espera e Agenda.



- 2 – Possibilitar a impressão de extrato do usuário SUS indicando todos os entendimentos recebidos pelo usuário, situação de exames e registro de entrega de medicamentos.
- 3 – Possibilitar a impressão para controle de registro de Produção.
- 4 – Possibilitar a Pesquisa de Cadastro de Usuários SUS.
- 5 – Possibilitar a Pesquisa de Procedimentos.
- 6 – Possibilitar a pesquisa e impressão de CID10.
- 7 – Possibilitar a impressão de lista de Procedimentos compilados por atividade, profissional e unidade onde está alocado.
- 8 – Possuir relatório para impressão de atendimentos realizados por profissional.
- 9 – Possuir relatório para impressão de procedimentos realizados por profissional específico ou todos, com subtotal por grupo e subgrupo de procedimentos.

ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA-ESF

- 1 -Ferramentas necessárias para o gerenciamento da Estratégia da Saúde da Família:

Características Gerais:

- 1 - Inclusão de cadastros completos de famílias.
- 2 - Inclusão de cadastros completos de membros das famílias vinculando cadastros de usuários SUS do sistema comumente utilizado nas Unidades Básicas de Saúde.
- 3 - Alteração de Cadastros, quando necessários.
- 4 - Inclusão e alteração de cadastros realizados pelo ACS na unidade de saúde
- 5 - Emissão da ficha (A) atualizada.
- 6 - Exportação de cadastros para SIAB – ESUS.
- 7 - Dispor de ferramenta baseada em metodologia para apuração do risco da família e de seus membros, permitindo coletar dados, digitar e exibir informações na forma de relatórios e gráficos.
- 8 – Possibilitar o registro de notificação de Agravos Notificáveis.
- 9 – Possibilitar atualização dos dados cadastrais do usuário SUS (cfe. padrões para cadastro), no ato da vinculação ou definição do mesmo como membro de uma família.

SALAS DE ATENDIMENTO INFORMATIZADO

- 1 - Ferramenta de apoio ao atendimento de médicos, psicólogos, nutricionistas e fonoaudiólogos e enfermagem e vacinação.

Geral

- 1 - Características aplicadas a todos os tipos de atendimento:

Suportar, em unidades onde ocorre atendimento multiprofissional de forma integrada, como unidades CAPS, modo de operação integrado entre os vários tipos de salas de atendimento, dispondo inclusive de mecanismo de registro e consulta de evolução integrada entre as várias especialidades para o paciente que estiver sendo atendido.

Atendimento de Enfermagem

- 1 - Ferramenta de apoio ao atendimento de enfermagem compreendendo atendimento de pré-consulta (triagem) e atendimento de enfermagem:



2 - Dispor de sala de espera virtual para pacientes recepcionados aguardando atendimento médico a serem selecionados para registro de dados da triagem. Deve ser possível selecionar ainda um paciente agendado para determinado médico, não recepcionado, diretamente da agenda da unidade ou da agenda de especialidades.

3 - Dispor de sala de espera virtual para pacientes recepcionados aguardando atendimento de enfermagem a serem selecionados para registro de dados. Deve ser possível selecionar ainda um paciente não recepcionado diretamente da agenda do profissional de enfermagem que estiver acessando o Sistema.

4 - A sala de atendimento de enfermagem deve suportar compartilhamento entre vários operadores, identificando ao final do registro de atendimento de enfermagem e/ou triagem do profissional que atendeu.

5 - Registrar os seguintes dados da triagem:

5.1- Unidade, Profissional, Paciente, Data, Hora, peso, altura, temperatura, PA, glicemia, Medição do Paciente, registro de ocorrências em saúde, resultados de exames (não estruturado) e detalhes gerais.

6 - Registrar dados do atendimento de enfermagem (unidade, profissional, paciente, data, hora, procedimento, evolução da enfermagem).

7 - Durante o atendimento deve ser possível consultar e alimentar:

7.1 - Ocorrências em saúde (registro sobre informações ref. a incidentes de saúde relacionados ao paciente);

7.2 - Resultados de exames.

Atendimento Médico

1 – Possuir ferramenta de apoio ao atendimento médico:

1.1 Dispor de sala de espera virtual para pacientes recepcionados, com triagem realizada ou não, aguardando atendimento, a serem selecionados pelo profissional. Deve ser possível selecionar ainda um paciente não recepcionado diretamente da agenda da unidade e da agenda de especialidades, além de poder selecionar um paciente não agendado ou recepcionado para atendimento direto.

2 - Ao iniciar um atendimento devem ser exibidos os dados do último atendimento que o paciente recebeu, devendo ser possível consultar atendimentos anteriores.

3 - Durante o atendimento, devem ser exibidos os dados da triagem, permitindo ao profissional registrar, se aplicado, dados da triagem que ele próprio venha a fazer.

4 - Durante o atendimento deve ser possível consultar e registrar:

4.1 - Ocorrências em saúde (registro sobre informações ref. a incidentes de saúde relacionados ao paciente);

4.2 - Resultados de Exames.

5 - Durante o atendimento deve ser possível visualizar os seguintes gráficos:

5.1 - Evolução do IMC (índice de Massa Corpórea);

5.2 - Evolução da Pressão Arterial;

5.3 - Evolução da Glicemia.



- 6 - Durante o atendimento, deve ser possível visualizar e editar dados clínicos permanentes do paciente, com registro do histórico de alterações destes indicando a alteração, profissional, data e hora em que foram alterados.
- 7 - Permitir o registro de dados da evolução do paciente com possibilidade de consulta a registros de evolução de outros atendimentos.
- 8 - Indicar no mínimo um diagnóstico principal e outros secundários, se necessário, com base no CID10.
- 9 - Indicar necessidade de retorno em número de dias, habilitar a agenda do Profissional para esta agendar o paciente durante o atendimento.
- 10 - Indicar um ou mais procedimentos com base na tabela SIGTAP – SIA/SUS.
- 11 - Emitir uma ou mais receitas com base nos medicamentos da farmácia básica de forma integrada com o módulo da Assistência Farmacêutica.
- 12 - Emitir prescrições de medicamentos não disponíveis na farmácia básica, bem como prescrição de terapias, dietas e outros.
- 13 - Solicitar Procedimentos (exames).
- 14 - Solicitar o encaminhamento do paciente a uma ou mais especialidades médicas.
- 15 - Permitir o registro de adendos à evolução, bem como a fazer requisições, encaminhamentos e prescrições complementares em consultas realizadas no dia.

Atendimento de Psicólogo

- 1 - Ferramenta de apoio ao atendimento psicólogo, compreendendo todas as características da ferramenta de apoio ao atendimento médico, acrescido das características:
- 2 - Dispor de área adicional para registro de dados restritos à área de psicologia (evolução do psicólogo).

Atendimento de Nutricionista

- 1 – Possuir ferramenta de apoio ao atendimento nutricionista, compreendendo todas as características da ferramenta de apoio ao atendimento médico, acrescido das características:
 - 1.1 - Permitir configurar quais recursos da sala de atendimento podendo ficar disponíveis para o nutricionista (se deve definir o diagnóstico ou não, requisitar exames, encaminhar ao especialista, emitir receitas da farmácia básica ou livre, etc.).

Atendimento de Fonoaudiólogo

- 1 - Ferramenta de apoio ao atendimento fonoaudiólogo, compreendendo todas as características da ferramenta de apoio ao atendimento médico, acrescido das características:
 - 1.1 - Permitir configurar quais recursos da sala de atendimento podem ficar disponíveis para o fonoaudiólogo (se deve definir o diagnóstico ou não, requisitar exames, encaminhar ao especialista, emitir receitas da farmácia básica ou livre, etc.).

Atendimento Odontológico

- 1 – Possuir ferramenta de apoio ao atendimento odontológico, compreendendo todas as características de apoio ao atendimento médico, acrescido das características:



1.1 - Disponibilizar ferramenta de planejamento, permitindo programar procedimentos para boca, dente, face.

2 - Permitir o registro de atendimento diretamente a partir de um procedimento definido no planejamento.

3 - Dispor de visualização no formato de odontograma, permitindo visualizar graficamente em cores distintas, os dentes/faces que tem ações programadas daqueles cuja ação já foi concluída.

3.1 - A interface deve permitir clicar sobre a figura equivalente do dente para fazer o registro dos procedimentos planejados.

3.2 - Permitir registrar e exibir no odontograma, dados históricos dos dentes, exibindo-os graficamente em cor diferente.

4 - Permitir o registro de procedimento diretamente, independente do sistema de planejamento, exigindo a identificação da boca/dente, face.

4.1 - Registros diretos devem ser exibidos no odontograma como dado histórico.

5 - Registrar ocorrências em saúde objetivando integrar o registro de ocorrências em saúde do paciente em seu prontuário.

6 – Possibilitar registrar um agravo de notificação compulsória para o paciente.

Requisição e/ou Autorização

1 – Possuir funcionalidades disponíveis para o processo de registro da requisição e autorização de procedimentos:

1.1 - Validar o Procedimento indicado, conforme todos os parâmetros da tabela oficial de procedimentos do Ministério da Saúde (SIGTAP):

- a) Sexo do paciente;
- b) Idade do paciente;
- c) Cartão Nacional de Saúde quando o procedimento assim o exigir;
- d) CID10 quando o procedimento assim o exigir.

2 - Dispor de histórico do paciente para consulta de todos os procedimentos já realizados, bem como do procedimento específico que estiver sendo indicado para autorização.

Almoxarifado

1 - Recursos gerais necessários a administração do Almoxarifado

2 - Registrar entrada de materiais por compras e doações.

3 - Registrar entrada de materiais identificando a vida útil do material em relação a sua data de validade, permitindo cadastrar aviso ao almoxarife a ser exibido n dias antes do vencimento do mesmo.

4 - Permitir que a unidade/estoque baixe a ordem de entrega do material entregue.

5 - Cadastrar e controlar solicitações de compras permitindo indicar justificativa.

6 - Possuir controle de entrega de medicamentos nas farmácias;

7 - Possibilitar a impressão de comprovante de entrega de medicamentos e/ou materiais.

8 - Possuir relatórios de controle de saldos de medicamentos e materiais em todas as Farmácias;

Setor de Benefícios



-
- 1 - Possuir ferramentas de apoio ao atendimento da Assistência Social da Saúde;
 - 2 - Características gerais e funcionalidades esperadas:
 - 2.1 - Operações com vínculo a partir de qualquer unidade de saúde da rede.
 - 2.2 - Cadastro de famílias assistidas e seus membros.
 - 2.3 - Vínculo do membro cadastrado com o cadastro de usuário SUS e com ESF (Estratégia da Saúde da Família).

Tablets e Informações Gerais sobre o Sistema:

- 1- Possibilitar efetuar o cadastro de visitas domiciliares no sistema principal e nos *tablets*, possibilitando a sincronização dos dados entre tais;
- 2 - Utilizar cadastro único de profissional para atendimento em todas as unidades de saúde;
- 3- Possuir cadastro único de usuário (paciente), para ser utilizado em todas as unidades;
 - 3.1- Possibilitar o agendamento de consultas centralizado;
 - 3.2- Possuir relatórios de agendamentos, atendimentos, farmácia, produção e odontologia;
 - 3.3 - Gerar e controlar a agenda diária dos profissionais da saúde, para as demandas espontâneas e agendadas;
 - 3.4 - Contemplar o prontuário eletrônico – consultar histórico de atendimentos dos usuários;
 - 3.5 - Registrar os atendimentos executados pelos profissionais (triagem, acolhimento e atendimento);
 - 3.6 - Gerar o faturamento dos serviços de saúde executados e as informações da produção para o Sistema de informações ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e E-SUS (Informatiza APS);
 - 3.7 - Gerar os relatórios de fechamento (BPA); - Geração dos arquivos para atualização das tabelas do SIGTAP – SIA/SUS;
 - 3.8 - Possuir integração dos almoxarifados da prefeitura com os das farmácias (importação automática sem retrabalho de entrada de itens);
 - 3.9 - Visualização dos resultados dos exames em qualquer unidade de saúde;
 - 3.10 - Possibilitar todo e qualquer profissional de nível superior informar resultados de exames solicitados por terceiros (solicitados no SUS ou no particular);
 - 3.11 - Possibilitar a emissão de relatórios de controle de estoques;
 - 3.12 - Possibilitar a exportação de cadastro de usuários;
 - 3.13 - Possuir mecanismos para renovação de receita;
 - 3.14 - Possibilitar a inclusão de favoritos na tela medicamentos;
 - 3.15 - Possuir mecanismos para registro das atividades coletivas, com informações sobre a atividade realizada, os participantes da atividade, os procedimentos realizados e informar, também, o não comparecimento de usuários;
 - 3.16 - Possibilitar a inclusão de favoritos, na tela de atividade coletiva, para facilitar a inclusão de usuários participantes das atividades em grupo, escolas, creches, etc.;
 - 3.17 - Possuir tela de coleta e requisições de exames;



-
- 3.18 - Possuir tela de retorno/encaminhamento, para administrar a fila de espera para atendimentos no município;
- 3.19 - Possuir tela para consulta dos atendimentos realizados, que possibilita visualizar o histórico de atendimentos do usuário;
- 3.20 - Possuir tela para consulta rápida de todos os usuários do SUS, que são assistidos pelo município e estão cadastrados no sistema; - Possuir tela para administrar, por grupos de servidores, as permissões e acessos às telas do sistema;
- 3.21 - Possibilitar o atendimento odontológico utilização o odontograma para informar os procedimentos realizados, procedimentos a serem realizados (Procedimentos realizados por sextantes, por arcada, por dente e por terceiros);
- 3.22 - Botão odontologia, para informar as condições de saúde do paciente e para a vigilância em saúde bucal;
- 3.23 - Possuir controle de ficha de consumo alimentar, para o acompanhamento nutricional do usuário;
- 3.24 - Possuir ficha da gestante e o cartão pré-natal;
- 3.25 - Possuir ficha do adulto;
- 3.26 - Possuir mecanismos que permita parametrizar os acessos do usuário do sistema, através da combinação dos perfis de usuário já existentes, versus a lotação do profissional, dando assim as permissões e acessos às telas do sistema de acordo com o perfil do profissional;
- 3.27 - Possibilitar a solicitação de exames comuns e APAC;
- 3.28 - Possuir a classificação internacional da atenção primária (CIAP 2);
- 3.29 - Possuir a classificação internacional de doenças (CID);
- 3.30 - Possuir atestado e certidão de comparecimento;
- 3.31 - Possuir lista de vagas disponíveis nas demais unidades de saúde;
- 3.32 - Possuir lista de problemas/condição avaliada integrados ao atendimento de enfermagem, de acordo com o que é solicitado pelo e-SUS;
- 3.33 - Possuir tela para parametrização de procedimentos por profissionais de acordo com o que pode ser utilizado na atenção primária (e-SUS);
- 3.34 - Possuir tela para registro de vacinação;
- 3.35 - Possuir tela para o cadastro de imunobiológicos (vacinas), onde pode ser feito o controle por lote, estoque e validade.

SISTEMA DE COTAÇÃO DE ITENS

Este aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1 -11 Permitir o download do aplicativo em plataforma de confiança
- 2 -22 Possuir informações para contato com suporte técnico caso necessário
- 3 -33 Possuir mecanismo de escolha da cotação entre um processo licitatório e pesquisa de mercado



- 4 -44 Permitir a Cotação automática de itens de um processo licitatório.
- 5 -55 Permitir a Cotação automática de itens para simples pesquisa de mercado
- 6 -66 Permitir a exportação dos arquivos digitais para cotação pelo modulo compras, para os fornecedores cadastrados
- 7 -77 Permitir a informação da marca do item na cotação
- 8 -78 Permitir informar o prazo de entrega do item se desejar
- 9 -89 Possuir mecanismo que permita a cotação parcial dos itens de um processo permitindo ignorar determinado item que o fornecedor não deseja fornecer valor ou não tenha para fornecer
- 10111 Salvar arquivo de cotação parcial permitindo continuar de onde parou
- 12112 Possuir mecanismo de exportação do arquivo dos itens cotados ou ignorados para processo licitatório não perdendo o vínculo com o processo, para posterior leitura do mesmo no sistema de licitação
- 12113 Possuir mecanismo de exportação dos itens cotados como simples pesquisa de mercado possibilitando leitura do mesmo no sistema de compras para médias de mercado sem perder o vínculo ao documento que originou a pesquisa
- 13114 Permitir a impressão em arquivo *pdf* ou salvar o arquivo de cotação do processo licitatório para entrega ao órgão onde ocorrerá o certame
- 14115 Permitir a impressão em arquivo *pdf* ou salvar o arquivo de cotação para envio da pesquisa de mercado

SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

Exigências mínimas para este aplicativo - Lote 4:

Este Módulo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

O Sistema de Saneamento Básico deverá contemplar as seguintes especificações deste Termo:

- 1 - Permitir o cadastro do mapa municipal; setores, bairros, logradouros.
- 2 - Permitir o cadastro de Economias informando inclusive o consumo mínimo
- 3 - Permitir a alteração da Situação Cadastral das ligações.
- 4 - Permitir o cadastro das Estações de Tratamento de Água utilizada.
- 5 - Permitir o cadastro dos Serviços para execução de acordo com os serviços oferecidos pelo departamento.
- 6 - Permitir o cadastro de Programas Sociais.
- 7 - Permitir o cadastro de Vencimentos, com opção de informar valores de referências, mínimo por parcelas, lançar informações de análises de água.
- 8 - Permitir o cadastro de variáveis para parametrização de Fórmulas de Cálculos.
- 9 - Permitir o cadastro de Fórmulas de Cálculos, sendo parametrizáveis de acordo da necessidade do Departamento



Permitir o cadastro de Replicação das Fórmulas Cálculo para o próximo Exercício.

10 - Permitir o cadastro dos Tipos de Parcelamentos, possibilitando informar no Cadastro, Dívida, descontos na dívida valor mínimo por parcela, início e final destes descontos, tipos de correção dos débitos, dívidas a serem parceladas e taxas inclusas no parcelamento, quantidade de parcelas.

11 - Permitir a cobrança de Serviços fornecidos na Fatura de Água, identificado como serviço

12 - Permitir o cadastro de Contribuições para cobrança na Fatura de Água.

13 - Permitir cadastro de ocorrências com configuração de ação padrão para cada uma delas no momento do cálculo das contas seja ela simultânea ou posterior

14 - Possuir rotina que permita a edição das contas para eventuais correções necessárias gravando log do usuário e razão pela qual foi alterada

15 - Permitir o cadastro de Leituras, contendo Exercício, Mês, dados do proprietário, Setor, Inscrição, Pessoa, dados da Leitura Anterior, Consumo médio, mensal, trimestral e anual e opção de informar as ocorrências.

16 - Permitir a Exportação de dados para efetuar as leituras em coletores com tecnologia *Android*.

17 - Possuir aplicativo com o uso da tecnologia *Android* para ser utilizado nos coletores com tecnologia *Android* para coleta, cálculo das contas e impressão para entrega simultânea ao consumidor

18 - Possuir tecnologia que permita a comunicação entre Equipamento *Android* e Desktop para transferência das informações coletadas no consumidor

19 - Permitir a importação dos dados de leitura coletados em coletores com *tecnologia Android para* o sistema de Saneamento desktop

20 - Possibilitar a emissão de avisos de corte em conta;

21 - Possibilitar a identificação de inconsistências nas leituras

22 - Para a opção de cálculo no sistema desktop possuir Rotina de Emissão das faturas, contendo opções de Impressão, mensal, informando o cadastro, dívida setor, rota, informar inscrição inicial e final, com tipos de ordenação por Proprietário, Endereço de entrega, opção de informar a mensagem desejada para ser impressas nas faturas.

23 - Possuir Rotina de Geração do Arquivo de Débito Automático, contendo opções para informar o Banco para o qual será gerado o arquivo, cadastro, inscrição, dívida, setor, inscrição inicial e inscrição final, exercício e mês e o caminho de geração aonde será gerado o arquivo.

24 - Possuir Rotina de geração de relatório de corte, contendo opções de informar o cadastro, dívida, setor, inscrição inicial e inscrição final e exercício e mês de geração.

25 - Possuir Rotina de leitura do arquivo bancário Febraban, para Baixas Automáticas e Contabilização Automática nas respectivas receitas contábeis, permitindo escolher o banco desejado



- 26 - Possuir Rotina de leitura do arquivo bancário Febraban, para Baixas Automáticas e Contabilização Automática nas respectivas receitas contábeis, permitindo a leitura do banco a partir do Header do arquivo
- 27 - Possuir Rotina de leitura do arquivo bancário que identifique o pagamento em duplicidade de faturas com mesmo código de barras
- 28 - Possuir rotina que permita a contabilização automática dos valores identificados como pagamento em duplicidade
- 29 - Possuir mecanismo que permita a identificação no cadastro da dívida daquelas que tenham sido pagas em duplicidade
- 30 - Possuir mecanismo que permita o lançamento dos valores pagos em duplicidade nas próximas contas como crédito em R\$
- 31 - Possuir Rotina de Recepção do arquivo bancário de Débito Automático, para Baixas Automáticas e Contabilização Automática nas respectivas receitas contábeis
- 32 - Possuir Rotina Manual de Baixas, Contendo Data de Liquidação, Data de Contabilização, nas respectivas receitas contábeis.
- 33 - Possuir Rotina Manual de Estorno de pagamento do arquivo bancário.
- 34 - Possibilitar a Consulta da Movimentação Financeira dos Contribuintes
- 35 - Permitir a Emissão de Segunda Via de Faturas e Tributos
- Possuir Rotina de Emissão de Certidões da Dívida Ativa, com número e possibilidade de reemissão para atualização sem perda da referência da primeira data de emissão
- 36 - Possuir mecanismo que permita configuração de legislação em vigor com configuração de benefícios e critérios estabelecidos
- 37 - Possuir Rotina de Cálculo de Parcelamento da dívida ativa com a configuração da lei em vigor, de acordo com os benefícios e critérios estabelecidos.
- 38 - Permitir selecionar os débitos a serem parcelados
- 39 - Possuir o Requerimento de Parcelamento
- 40 - Possuir a função de Simulação dos valores calculados antes de gerar o parcelamento possibilitando impressão;
- 41 - Possibilitar a Abertura de Ordens de Serviço, acompanhamento e suas movimentações até a conclusão
- 42 - Possuir Rotina de Análise dos Consumidores Sociais, com possibilidade de alteração da condição do consumidor após análise
- 43 - Possuir Rotina de Manutenção de Corte, contendo opção gerencial para suspender o corte tanto por gerencial ou por cadastro individual, informando data do prazo e data do corte.

- 44 - Possuir Relação de Cortes, gerados pelo controle de corte.
- 45 - Possibilitar reversão da situação de Corte (Cortar/Religar) nas ligações.



- 46 - Possuir rotina de Virada de Exercício automática.
- 47 - Possuir rotina de Inscrição em Dívida Ativa ao final do exercício.
- 48 - Possuir mecanismo de Emissão e impressão do Livro de Dívida Ativa,
- 49 - Possuir Emissão de Petição de Execução, contendo inscrição inicial e inscrição final, exercício inicial e exercício final, proprietário inicial e proprietário final, ano da certidão, todas as CDA
- 50 - Emitir Mapa de Corte.
- 51 - Emitir Relatório de Demonstrativo Mensal.
- 52 - Emitir Relatório de Inadimplentes.
- 53 - Emitir Relatório de Dívidas Pagas.
- 54 - Emitir Relatório de Movimentação Financeira do Contribuinte.
- 55 - Emitir relatórios de estatística de consumo
- 56 - Emitir relatório de cadastro geral das ligações

ETAPAS DE TRABALHO:

1ª etapa: Conversão e conferência da base de dados para o novo sistema:

- a) Conversão e importação dos dados existentes para a base de dados do novo sistema, seguida de conferência e consistência dos dados, de acordo com relatórios e/ou livros, balancetes, balanços ou outros documentos apresentados e assinados pelos responsáveis;
- b) Desenvolvimento da metodologia para a complementação da base de dados com novos elementos, constantes em documentos em meio magnéticos, ou não, a serem disponibilizados para importação e/ou digitação, por parte da empresa vencedora e, os documentos não disponibilizados para importação apresentados pelo Município de Monte Carmelo-MG;
- c) Capacitação da equipe técnica da Administração Municipal de Monte Carmelo-MG para assimilar, de forma correta, o novo Monte Carmelo-MG de sistema a ser implantado e metodologia desenvolvida.

2ª etapa: Instalação do Sistema de Administração Pública:

- a) Instalação e configuração das versões Server dos sistemas no servidor da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo-MG;
- b) Instalação e configuração das versões cliente do sistema nas estações de trabalho;
- c) Instalação e configuração do ambiente de trabalho da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo-MG, quanto ao sistema de Administração Pública.

3ª etapa: Treinamento dos servidores da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo-MG no uso do software:

- a) Os treinamentos e capacitações devem ser reconhecidos como oficiais e apresentar resultados práticos dos conhecimentos adquiridos pelos servidores treinados, medido através de testes de avaliação aplicado pela contratada com posterior certificação, cujo conteúdo ministrado será a correta utilização do sistema para a entrada de dados, consulta, processamento e emissão de relatórios;
- b) Os treinamentos das equipes de servidores da Administração Municipal deverão seguir os seguintes critérios:
- c) A contratada deverá apresentar o Plano de Treinamento para a Equipe de implantação, abrangendo



os níveis técnico e funcional;

d) Deverá apresentar o Plano de Treinamento para os Usuários Finais, abrangendo os níveis funcional e gerencial;

e) Os *Planos de Treinamento* devem conter os seguintes requisitos mínimos:

- *Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;*
- *Público alvo;*
- *Conteúdo Programático;*
- *Material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas documentação técnica, etc.*
- *Carga horária de cada módulo de treinamento;*
- *Processo de avaliação de aprendizado;*
- *Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, software, filmes, slides, livros, fotos, etc.)*

f) O treinamento para o nível técnico deve abranger todos os módulos implantados.

g) As turmas devem ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais que 05 (cinco) participantes.

h) Apresentar proposta para a realização dos treinamentos que:

- 1 - Contemple fornecimento de todo mobiliário e equipamentos de informática quando realizado nas instalações da Prefeitura Municipal;
 - 2 - Contemple despesas relativas à participação dos instrutores e de pessoal próprio, tais como hospedagem, transporte, diária, etc., serão de responsabilidade da Contratada.
 - 3 - Contemple que os equipamentos disponíveis serão no mínimo cinco conjuntos de microcomputadores completos para cada turma, fornecidos pela Contratante durante todo o período de treinamento.
 - 4- Contemple a disponibilidade de uma impressora, na sala de treinamento, para testes de relatórios.
- i) Será fornecida Certificação aos participantes que tiverem comparecido a mais de 70% das atividades de cada curso e/ou treinamento/capacitação, contendo ainda no referido certificado a sua nota e aproveitamento obtidos nos testes e avaliações realizadas.

j) Os treinamentos devem ser realizados na Prefeitura Municipal de Monte Carmelo-MG, salvo em caso de impossibilidade devidamente justificada e comprovada pela empresa, quando então a Administração disponibilizará outro local.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS ACERCA DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1. A especificação acima fornecida refere-se às características básicas, sendo normal que existam acréscimos e diferenças qualitativas e quantitativas entre prestadores diversos. Os códigos, características, especificações e descrições fornecidas podem, eventualmente, divergir das especificações equivalentes no mercado. Neste caso, ou seja, havendo divergências consideráveis quanto às especificações, devem prevalecer as detalhadas neste termo de referência.



-
2. O critério de mensuração será a unidade SERVIÇO (SV), que deverá envolver todos os custos e encargos inclusos na prestação do serviço (inclusive toda especificação descrita nos módulos integrados do sistema unificado).
3. A "quantidade" do SERVIÇO (SV), 12 (doze) meses, foi definida levando-se em conta a periodicidade mensal para efeitos de remuneração e aferição da execução, uma vez que a complexidade desta espécie de contratação exige, pelo menos, duração prevista até o final do exercício financeiro.
4. A licitante contratada deverá disponibilizar o sistema informatizado de gestão pública em perfeitas condições de utilização, oferecendo suporte técnico à distância via telefone/celular, e-mail ou chat *online*.
5. A licitante contratada deverá providenciar treinamento e capacitação dos servidores e funcionários indicados pela Administração Municipal, de forma que estejam aptos a interagir com a interface do sistema informatizado e operar suas funcionalidades, inserir dados e gerar relatórios técnicos, processar informações de interesse público, promover remessas ao SICOM/TCE-MG, e outros procedimentos técnicos de rotina que se revelem necessários.
- 5.1. A capacitação a ser disponibilizada aos servidores indicados pela Administração deverá ser realizada de forma presencial, sem custos adicionais, com carga horária mínima de 30h (trinta horas), em local e data a ser determinado pela Administração Municipal.
- 5.2. A licitante contratada poderá fornecer ambiente *online* para capacitação, bem como metodologia de aprendizado à distância, porém, em caráter complementar à capacitação presencial obrigatória.
- 5.3. Estando demonstrada a necessidade de nova capacitação ou reciclagem decorrente do avanço da técnica, a contratada deverá providenciar novo treinamento presencial, a fim de sanar as deficiências verificadas.
- 6 - A licitante vencedora deverá contemplar na relação contratual eventuais procedimentos de adequação às disposições do Decreto Nº 10.540/2020, decorrentes de implementação de nova versão, novo desenvolvimento, de nova contratação ou de revisão da contratação com o mesmo fornecedor, assegurando migração integral e tempestiva dos dados e das informações existentes no sistema anterior, a não interrupção da geração de informações contábeis, orçamentárias, financeiras e fiscais e o treinamento dos usuários, de forma que as informações de transparência sejam mantidas integralmente, sem prejuízo dos períodos anteriores.
- 6.1. A licitante vencedora deverá disponibilizar novas versões (*upgrade*) dos sistemas e aplicativos contratados, nas quais tenham sido agregadas melhorias ou implementadas novas funções, de forma permanente, através da internet, sem ônus adicional para a Administração Municipal.
- 6.2. Na hipótese de alterações e/ou adições pretendidas pela Administração nos Módulos contratados, *caso não sejam decorrentes de alterações legais*, de forma que modifiquem os quantitativos dos módulos instalados e a adição ou supressão de seus itens e funcionalidades, deverão ser processadas mediante acordo entre as partes até os limites legais permitidos, sendo terminantemente vedado a modificação ou descaracterização do objeto licitado.



7. A licença de uso do software somente poderá ser cobrada por ocasião da instalação inicial do sistema integrado de gestão pública, sendo que na hipótese de eventuais aditivos de prorrogação do serviço, não poderá ser cobrada novamente por já se encontrar instalado.
8. A licitante contratada deverá guardar sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pela Administração ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer divulgação e reprodução dos mesmos, durante a vigência do contrato e mesmo após o seu término.
9. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela contratada durante a execução do objeto do contrato serão de exclusiva propriedade do Município de Monte Carmelo-MG, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos, apropriados, retidos, ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.
10. As normas ambientais e de segurança do trabalho devem ser rigorosamente observadas pela prestadora, sob pena de responsabilização do(a) contratado(a).
11. A relação contratual decorrente desta contratação, não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a prestadora contratada venha a empregar na execução do objeto
12. As especificações pautam-se por critérios básicos, sendo referenciadas pelo estado da técnica e as práticas corriqueiras de mercado.

DA PROVA DE CONCEITO

1. A prova de conceito tem por objetivo propiciar a real avaliação das funcionalidades dos Sistemas ofertado pela empresa vencedora da melhor proposta, de modo que possa ser comprovado, na prática, através de Comissão designada para tal finalidade, o atendimento à todas as soluções técnicas especificados neste edital e os processamentos de rotinas exigidos pelos protocolos do SICOM/TCE-MG.
2. A licitante classificada em primeiro lugar, detentora da melhor proposta, terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para providenciar a demonstração das funcionalidades de seu Sistema Integrado de Gestão Pública, a contar do resultado da sessão do pregão.
3. O local da prova de conceito será na sede da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo-MG, sendo que durante o período de demonstração, a Comissão designada pela Administração para avaliar as funcionalidades do Sistema Integrado de Gestão poderá realizar ou simular todas as soluções técnicas que se espera atendidas pela atual especificação técnica.
4. A prova de conceito terá duração máxima de dois dias úteis, ajustados ao horário de expediente da Prefeitura Municipal, que tem início às 9:00h com encerramento às 16:00h, de segunda à sexta-feira.
5. Poderão ser verificados todos os itens descritos na especificação técnica do Sistema Integrado de Gestão Pública, ou até mesmo por amostragem, sendo que o desatendimento de qualquer um deles, ou a inviabilidade técnica dos relatórios/documentos gerados de acordo com os padrões SICOM/TCE-MG, implicará na desclassificação da proponente.



6. Durante a prova de conceito também será simulada uma situação de rotina relacionada com os protocolos e relatórios exigidos pelo SICOM/TCE-MG, que necessitem do suporte técnico à distância da prestadora de serviço, como forma de averiguar se a licitante avaliada possui capacidade técnica para conferir suporte e assistência técnica à distância. Será considerado o resultado final obtido sobre a solução esperada, cujo prognóstico prévio será lacrado em envelope indevassável, a ser conferido após o teste simulado na presença de todos os presentes, de forma que se possa conferir o desempenho obtido com o que era previamente esperado na solução da situação simulada.
7. A reprovação no teste de conceito e a consequente desclassificação da proposta se dará por:
- a) Não comparecimento no dia e hora marcada;
 - b) Extrapolação do prazo máximo de 03 (três) dias úteis por culpa exclusiva da licitante;
 - c) Desatendimento de qualquer requisito técnico ou item especificado neste edital ou a inviabilidade técnica dos relatórios/documentos gerados de acordo com os padrões SICOM/TCE-MG, que comprometam a funcionalidade e operacionalidade do Sistema ofertado.
8. Somente será concedida uma única oportunidade para a realização da prova de conceito.
9. A licitante detentora da melhor proposta poderá disponibilizar técnicos presenciais para acompanhar a demonstração das funcionalidades do Sistema Integrado de Gestão Pública ofertado, ocasião na qual poderão responder dúvidas, esclarecer procedimentos e demonstrar as soluções esperadas.
10. Todas as despesas inerentes à realização da prova de conceito correrão às expensas exclusivas da licitante que estiver demonstrando a viabilidade técnica e operacional de seu Sistema Integrado de Gestão Pública, tais como transporte, hospedagem e alimentação de funcionários designados para tal mister.
11. Será permitido que a licitante utilize equipamentos próprios, relacionados com a demonstração do Sistema Integrado de Gestão Pública ofertado, contudo, a Comissão de avaliação designada poderá exigir que, em casos de grande disparidade tecnológica entre os equipamentos apresentados e os que serão utilizados pela Administração, a instalação provisória do software nos equipamentos da Administração como medida de verificação das reais condições a que o processamento dos dados será submetida.
12. Após a conclusão dos testes de conformidade do Sistema Integrado de Gestão Pública ofertado, a Comissão de Avaliação emitirá um relatório em até 05 (cinco) dias úteis, informando o resultado e as razões que o motivaram.
13. Após o resultado da prova de conceito, o pregoeiro o divulgará para todas as licitantes interessadas, através de correio eletrônico ou publicação no Diário oficial do Município, facultando a apresentação de recursos nos prazos e condições estabelecidos no edital.
14. Caso a detentora da melhor proposta não tenha seu Sistema Integrado de Gestão Pública aprovado por ocasião da prova de conceito, será desclassificada por desatender às condições deste edital, sendo então chamada a detentora do segundo melhor preço, segunda colocada, para realização da prova de conceito, e, assim sucessivamente com as remanescentes, sempre de acordo com a classificação final obtida por ocasião da fase de lances.



DO PREÇO

No preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações e encargos inerentes à execução do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

Os serviços prestados deverão ser garantidos contra imperfeições, imprecisões, deficiências técnicas e desconformidades ao que fora solicitado, sem prejuízo da garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90, a contar da data de seu recebimento pelo Município.

DA RESPONSABILIDADE DA LICITANTE POR SUAS DECLARAÇÕES

A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação da licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Cumprir fielmente o objeto licitado, de forma que os serviços sejam prestados de acordo com as especificações e em perfeitas condições de admissibilidade.
2. Indicar à Secretaria Municipal de fazenda o preposto ou responsável legal com legitimidade para manter entendimentos e receber comunicações acerca do objeto do contrato.
3. Comparecer à sede do contratante ou responder notificação, sempre que solicitada, por meio do preposto, no prazo de 24h (vinte quatro horas) da convocação ou comunicação, para esclarecimento de quaisquer problemas relativos aos serviços contratados.
4. Comunicar imediatamente ao Município qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite execução do objeto contratado na data estipulada e condições previstas.
5. Executar os serviços contratados somente com prévia autorização do Contratante.
6. Providenciar no máximo em 24h (vinte e quatro horas), contados a partir da comunicação, retificação ou substituição dos serviços que forem rejeitados.
7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto desta licitação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento dos referidos serviços.
8. Prestar os serviços de acordo com as especificações, prazos e condições avençados no presente instrumento, salvo por serviço de qualidade superior mediante devida justificativa e autorização por parte do setor requisitante.
9. Manter, durante toda relação contratual as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

OBSERVAÇÕES ESPECIAIS SOBRE O CONTRATO

1. O contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência pela contratada, sem autorização por escrito do Contratante, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.



2. É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto desta licitação, sem prévia autorização do Contratante.
3. As condições estabelecidas no edital fazem parte integrante do contrato dele decorrente.
1. Acompanhar, fiscalizar e dar recebimento da entrega dos serviços, através do servidor responsável pelo recebimento;
2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
3. Sustar o recebimento da prestação de serviços que não estiverem de acordo com as especificações exigidas e com a proposta adjudicada.
4. Zelar pelas condições de trabalho disponibilizadas à Contratada, promovendo acesso aos dados, repartições e insumos que necessitar para desenvolver as soluções esperadas.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

Menor preço por lote.

PRAZO E LOCAL DA EXECUÇÃO:

1. Prazo para início: O serviço solicitado deverá ser prestado ao respectivo setor requisitante em até 05 (cinco) dias úteis a contar da ordem/solicitação de serviço ou instrumento equivalente.
2. Local da execução: O local de execução será determinado por ocasião da expedição da solicitação/ordem de serviço ou instrumento equivalente, tendo em vista a natureza e especificidades do serviço ora referenciado, que demanda uma atuação presencial combinada com o suporte técnico à distância.
3. Prazo de vigência: o contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ter sua duração prorrogada nos termos da legislação vigente.
4. Prazo para migração de dados: a licitante terá o prazo de 30 (trinta dias) dias para concluir a migração de dados preexistentes na base atual desde cadastros, movimentações e históricos para a nova base.
5. Prazo para instalação dos módulos: a licitante contratada deverá conferir prioridade aos sistemas interdependentes, cuja funcionalidade seja imprescindível para o regular funcionamento das atividades administrativas (compras, contabilidade, licitação e contratos, tesouraria, tributos etc.), de acordo com levantamento procedido junto à Administração, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, a contar da data de assinatura do contrato.

PRAZO DE PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias úteis do mês subsequente à prestação do serviço, mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente aprovada pelo setor requisitante.

OBSERVAÇÕES ACERCA DO PAGAMENTO:

1. O pagamento das faturas/notas fiscais seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas, e, em especial junto ao INSS e FGTS.
2. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida a contratada e o pagamento ficará pendente até que providencie as medidas saneadoras.



3. Na hipótese a que se refere o subitem acima, o pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de nova reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.
4. A contratada deverá faturar os serviços por ordem/solicitação ou instrumento equivalente, sendo vedado acúmulo de pedidos por período superior a um mês, sob pena de não pagamento. Desta forma, fica expressamente proibida a emissão de nota fiscal/fatura com pedidos retroativos ou com acumulado de ordem/solicitação de serviços superior a um mês.
5. As notas fiscais relativas ao mês de dezembro devem ser emitidas, impreterivelmente, até a data de 31.12, do exercício financeiro corrente, sob pena de não serem aceitas pela Contabilidade Municipal.
6. Não será efetuado qualquer pagamento a CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
7. O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento a que a CONTRATADA tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.
8. Os pagamentos efetuados à CONTRATADA não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.
9. O pagamento será efetuado, preferencialmente, por transação bancária eletrônica mediante crédito em conta corrente a ser indicada pela CONTRATADA.
1. A dotação orçamentária para cobrir as despesas decorrente deste pregão estão previstas no presente exercício nas rubricas nº: 02.02.20.00.04.123.4001.00.2.185.3.3.90.40.02.0010 – Ficha 252/1 – Locação de Software.
2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro, de acordo com a respectiva LOA.

DO VALOR ESTIMADO

- O valor estimado para eventuais contratações no presente certame encontra-se autuado no processo. A Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Fazenda, exercerá a gestão e fiscalização do contrato e registrará todas as ocorrências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.
2. A fiscalização pela Administração não exime quaisquer responsabilidades por parte do prestador de serviços em referência, sendo única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à regular execução do objeto.
 3. O recebimento dos serviços será efetuado pelo Setor Requisitante, após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos e consequente aceitação, obrigando a Contratada a reparar, corrigir, substituir, refazer às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verifiquem defeitos ou incorreções.
 4. A fiscalização pela Administração não exime quaisquer responsabilidades por parte da prestadora de serviços, sendo única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à regular execução do objeto do contrato.



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Licitações
Administração 2021-2024

5. Na ocorrência de atrasos ou inobservância das condições contratuais durante a execução, o Município poderá aplicar as penalidades previstas neste contrato.
6. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de fazenda, através de servidores credenciados, conjuntamente com o apoio da fiscalização administrativa e técnica, através do Controle Interno Municipal, observados os artigos 73 a 76, da Lei n.º 8.666/93.

Monte Carmelo/MG, 06 de junho de 2022.

Ana Paula Pereira
Secretária Municipal de Fazenda

Iscleris Wagner Gonçalves Machado
Pregoeiro



ANEXO II
CARTA DE CREDENCIAMENTO

Processo nº: 80/2022

Modalidade: Pregão nº 53/2022

Edital nº: 53/2022

Tipo: Menor Preço por Lote.

OBJETO: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo.

Pelo presente instrumento, credenciamos o Sr. _____, portador do Documento de Identidade n.º _____, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso.

_____/____ de _____ de 2022.

Razão Social da Empresa
Nº CNPJ

Obs.: Assinatura com Firma reconhecida e cartório.



ANEXO III
DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

Processo nº: 80/2022

Modalidade: Pregão nº 53/2022

Edital nº: 53/2022

Tipo: Menor Preço por Lote.

OBJETO: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____/____ de _____ de 2022.

Razão Social da Empresa
Nº CNPJ



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

Processo nº: 80/2022

Modalidade: Pregão nº 53/2022

Edital nº: 53/2022

Tipo: Menor Preço por Lote.

OBJETO: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo.

A EMPRESA _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede a Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr _____ portador da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, **DECLARA**, que cumpre plenamente todos os requisitos exigidos na habilitação do Pregão presencial nº. _____, inexistido, fato superveniente.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____/____/____ de _____ de 2022.

Razão Social da Empresa
Nº CNPJ



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO — SIMPLES NACIONAL

Processo nº: 80/2022

Modalidade: Pregão nº 53/2022

Edital nº: 53/2022

Tipo: Menor Preço por Lote.

OBJETO: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, por intermédio de seu representante legal o Sr. _____, portador do Documento de Identidade nº. _____, inscrito no CPF sob nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que é optante do —SIMPLES NACIONALII.

_____/____ de _____ de 2022.

Razão Social da Empresa
Nº CNPJ



ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

Processo nº: 80/2022

Modalidade: Pregão nº 53/2022

Edital nº: 53/2022

Tipo: Menor Preço por Lote.

OBJETO: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº. _____, inscrito no CPF sob o nº. _____ **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.

Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º. 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

_____/____ de _____ de 2022.

Razão Social da Empresa

Nº CNPJ



ANEXO VII
ANÁLISE CONTÁBIL-FINANCEIRA

Processo nº: 80/2022

Modalidade: Pregão nº 53/2022

Edital nº: 53/2022

Tipo: Menor Preço por Lote.

OBJETO: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo.

NOME DA EMPRESA: _____

1	2	3	4	5
Liquidez Corrente	<i>Liquidez Seca</i>	Liquidez Geral	Solvência Geral	Composição de Capitais

_____/____/____ de 2022.

Razão Social da Empresa
Nº CNPJ



ANEXO VIII
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo nº: 80/2022

Modalidade: Pregão nº 53/2022

Edital nº: 53/2022

Tipo: Menor Preço por Lote.

OBJETO: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo.

Itens Obrigatórios na Proposta de Preços:

LOTE Nº _____

ITEM	UN	QTD.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

- Valor Global da Proposta;
- Valor unitário do lote;
- Validade da Proposta 60 dias;
- Despesas inerentes a impostos, tributos e outros correrão totalmente por conta da Empresa Contratada;
- Prazo de Vigência do Contrato: O Prazo de Vigência do Contrato inicia-se na data de sua assinatura e terá vigência 12 meses;
- Condições de Pagamento: O Pagamento será efetuado em até 30(Trinta) dias após cada etapa da Prestação de Serviços, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente;
- Da Prestação de Serviços: Os Serviços deverão ser iniciados imediatamente após a Assinatura do Contrato e Emissão da Autorização do Fornecimento;
- Do prazo de Instalação: A empresa Contratada deverá realizar os serviços de **IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, TREINAMENTOS**, de acordo com as especificações do termo de referência, no prazo máximo de 35 (trinta e Cinco) dias após a Assinatura do Contrato e Emissão da Autorização do Fornecimento.



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Licitações
Administração 2021-2024

Em anexo à Proposta de Preços (dentro do envelope) a empresa deverá apresentar o seguinte documento, sob pena de desclassificação:

a) - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à Habilitação, conforme modelo contido no Anexo IV;

_____/____ de _____ de 2022.

Razão Social da Empresa

Nº CNPJ



ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Processo nº: 80/2022

Modalidade: Pregão nº 53/2022

Edital nº: 53/2022

Tipo: Menor Preço por Lote.

OBJETO: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo.

A empresa, com sede na n.º, em, estado de, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º, através de seu responsável legal, Sr.(ª), titular da carteira de identidade n.º e do CPF/MF n.º, DECLARA, sob as penas da lei, que não foi considerada inidônea e/ou suspensa para licitar ou contratar com a administração pública.

_____/____ de _____ de 2022.

Razão Social da Empresa
Nº CNPJ



ANEXO X
MODELO DE DECLARAÇÃO CONHECIMENTO DO GRAU DE DIFICULDADE PARA A
IMPLANTAÇÃO E A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Processo nº: 80/2022

Modalidade: Pregão nº 53/2022

Edital nº: 53/2022

Tipo: Menor Preço por Lote.

OBJETO: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo.

A empresa, com sede na n.º, em, estado de, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º, através de seu responsável legal, Sr.(ª), titular da carteira de identidade n.º e do CPF/MF n.º, declara, sob as penas da lei, que conhecemos as dependências da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, juntamente com todas as suas unidades, setores administrativos, saúde, almoxarifados, frotas, escolas e creches, enfim, declaramos conhecimento pleno das áreas envolvidas no objeto desta licitação e suas estruturas organizacionais, a infraestrutura de hardwares e softwares existentes (rede, terminais, servidores, banco de dados e sistemas de programas de computador instalados).

_____/____/____ de _____ de 2022.

Razão Social da Empresa
Nº CNPJ



ANEXO XI
MINUTA DO FUTURO CONTRATO

Processo nº: 80/2022

Modalidade: Pregão nº 53/2022

Edital nº: 53/2022

Tipo: Menor Preço por Lote.

OBJETO: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo.

Instrumento Contratual para a **Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo**, que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e a empresa.....

Pelo presente instrumento, que entre si celebram o município de Monte Carmelo, com sede nesta cidade à Praça Getúlio Vargas nº 272, inscrita no CNPJ nº 18.593.103/0001-78, neste ato representado pela Secretária Municipal de Fazenda, Ana Paula Pereira, brasileira, solteira, inscrito no CPF nº _____.____._____, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa....., sediada na cidade de..... à, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada por, brasileiro, comerciante, inscrito no CPF nº....., residente e domiciliado na cidade de....., doravante denominada **CONTRATADA**, convencionam o **Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo**, subordinado às seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Dos Fundamentos



- 1.1 - O presente instrumento contratual decorre da Licitação Pregão Presencial nº 53/2022, homologada em....., do tipo Menor Preço por lote, de acordo com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº.606 de 17 de fevereiro de 2006, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.
- 1.2 - Os Casos omissos serão resolvidos de acordo com o disposto nas Leis supramencionadas e segundos os princípios gerais de Direito Administrativo e subsidiariamente de Direito Privado, em benefício do interesse público.
- 1.3 - Este Contrato é lavrado com vinculação ao Edital, Pregão Presencial nº 53/2022, a teor do artigo 55, inciso XI, da Lei 8.666/93.
- 1.4 - Integram o presente Contrato, o respectivo Processo sob o nº 80/2022.

Cláusula Segunda - Do Objeto

2.1 - Constitui-se objeto deste instrumento a **Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo**, atendendo a discriminação contida no Termo de Referência do presente Edital.

Cláusula Terceira - Normas de Execução

3.1 - **A CONTRATADA** obriga-se a executar o presente contrato, observando o estabelecido nos documentos abaixo relacionados, que constituem parte integrante e complementar deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1 - Edital e Anexos do Pregão Presencial nº 53/2022
- 2 - Proposta da Contratada
 - a. - Ata de Julgamento da Licitação

Cláusula Quarta - Preço e Forma de Pagamento

4.1 - PREÇO - O preço da presente contratação atende ao abaixo especificado (conforme proposta vencedora adjudicada):

4.2 - VALOR GLOBAL - O valor global para a presente contratação é de R\$ (.....);

4.3 - FORMA DE PAGAMENTO - O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após cada da Prestação de Serviços, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.



Cláusula Quinta - Prazo de Vigência e Execução do Contrato

5.1 - O Prazo de vigência do contrato inicia-se da sua assinatura e terá vigência de 12 meses.

5.2 - **Do prazo de Instalação: A empresa Contratada deverá realizar os serviços de IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS E TREINAMENTOS, de acordo com as especificações do termo de referência, no prazo máximo de 35 (trinta e Cinco) dias após a Assinatura do Contrato e Emissão da Autorização do Fornecimento.**

Cláusula Sexta - Recursos Orçamentários

6.1 - As despesas desta contratação correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 02.02.20.00.04.123.4001.00.2.185.3.3.90.40.02.0010 – Ficha 252-1 – Locação de Software.

Cláusula Sétima - Obrigações e Responsabilidades

7.1 - DA CONTRATADA:

7.1.1 – Promover a Prestação dos Serviços homologados a seu favor, de acordo com as Descrições e prazos determinados no Edital e seus anexos, independente ou não de sua Transcrição.

7.2 - DA CONTRATANTE:

7.2.1 - Efetuar os Pagamentos na forma e prazo estabelecido na cláusula quarta.

7.2.2 - Proceder a conferência dos itens Homologados, de acordo com as exigências contidas no edital e anexos.

Clausula oitava - Modificações e Aditamentos

8.1 - Qualquer modificação de forma qualidade, quantidade (redução ou acréscimo), bem como prorrogação de prazo, poderá ser determinada pela CONTRATANTE através de aditamento, atendidas as disposições previstas na Lei 8.666 de 21/06/93.

Cláusula Nona - Das Penalidades

9.1 - Sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Seção II do Capítulo IV, Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a CONTRATADA poderá incorrer nas seguintes multas:

a) 2% (Dois por cento) sobre o valor global do contrato, se deixar de cumprir uma das cláusulas do instrumento contratual;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, se por sua culpa for rescindido o mesmo, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O valor referente às multas será descontado no pagamento subsequente a que fizer jus a CONTRATADA.

SUBCLAÚSULA SEGUNDA - As multas acima mencionadas são independentes, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

Cláusula Dez - Rescisão Contratual

10.1 - O contrato poderá ser rescindido uni ou bilateralmente, sendo o primeiro caso somente por parte



da CONTRATANTE, atendida a conveniência administrativa ou na ocorrência dos motivos elencados nos artigos 77 e seguintes da Lei 8.666/93.

Clausula Onze - Dos Casos Omissos

11.1 - Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666 de 21/06/93 e, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa.

Clausula Doze - Do Foro

12.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Monte Carmelo/MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, que de outra forma não sejam solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

12.2 - E por estarem plenamente em acordo com todas as cláusulas e condições, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas signatárias para que produzam seus efeitos jurídicos e legais.

Monte Carmelo/MG..... de..... de 2022

Contratante

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda

Empresa Contratada:

TESTEMUNHAS

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



ANEXO XII
ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Processo nº: 80/2022

Modalidade: Pregão nº 53/2022

Edital nº: 53/2022

Tipo: Menor Preço por Lote.

OBJETO: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo.

A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo atesta que a empresa, inscrita no CNPJ nº:por meio de seu representante legal, o Senhor (a), CPF: realizou a visita técnica e está ciente de todas as condições e dificuldades para a prestação dos serviços de Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência.

Monte Carmelo, _____ de _____ de 2022.

Prefeitura Municipal de Monte Carmelo



ANEXO XIII
MODELO DO RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL

Processo nº: 80/2022

Modalidade: Pregão nº 53/2022

Edital nº: 53/2022

Tipo: Menor Preço por Lote.

OBJETO: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão, Integrado, Englobando os Serviços de Instalação, Implantação, Conversão, Treinamento, Manutenção que Garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas, com Atendimento e Suporte Técnico para os Sistemas Relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo.

Senhor licitante, visando comunicação futura entre o setor de Licitação e essa empresa, solicitamos preencher o presente recibo de entrega do edital e seus anexos e remeter à Comissão Permanente de Licitação pelo e-mail: licitacaomontecarmelo@hotmail.com.br

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: _____ CNPJ nº: _____

Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____

E-mail: _____ Telefone: _____

Nome da Pessoa responsável para contato: _____

Declaro que recebemos através do acesso à página www.montecarmelo.mg.gov.br, nesta data, cópia do Edital e seus anexos, da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura